



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

VINICIUS KIYOSHI OSHIRO

PANORAMA DAS TECNOLOGIAS SOCIAIS NO BRASIL:

UM OLHAR A PARTIR DO BANCO DE TECNOLOGIAS SOCIAIS DA FUNDAÇÃO

BANCO DO BRASIL

Araraquara – SP

2018

VINICIUS KIYOSHI OSHIRO

**PANORAMA DAS TECNOLOGIAS SOCIAIS NO BRASIL:
UM OLHAR A PARTIR DO BANCO DE TECNOLOGIAS SOCIAIS DA FUNDAÇÃO
BANCO DO BRASIL**

Monografia apresentada ao curso de
Ciências Econômicas da UNESP –
Universidade Estadual Paulista, como
requisito para obtenção ao título de
bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Pereira
Morais

Araraquara – SP

2018

VINICIUS KIYOSHI OSHIRO

PANORAMA DAS TECNOLOGIAS SOCIAIS NO BRASIL:
UM OLHAR A PARTIR DO BANCO DE TECNOLOGIAS SOCIAIS DA FUNDAÇÃO
BANCO DO BRASIL

Monografia apresentada ao curso de
Ciências Econômicas da UNESP –
Universidade Estadual Paulista, como
requisito para obtenção ao título de
bacharel em Ciências Econômicas.

Araraquara, ____ de _____ de 2018

Banca Examinadora

Prof. Dr. Leandro Pereira Moraes
Departamento de Economia UNESP/FCLAr

Prof. Dr. Sérgio Azevedo Fonseca
Departamento de Administração Pública UNESP/FCLAr

Araraquara – 2018

2018

RESUMO

Este trabalho se trata de uma análise acerca das questões conceituais e práticas da Tecnologia Social, com a finalidade de se fornecer um panorama da mesma no Brasil. Partindo-se da exploração da ligação entre Tecnologia Social e Economia Solidária, e a busca da conceitualização dos dois temas, então é feita uma abordagem mais próxima das práticas em Tecnologia Social, primeiramente através da apresentação das principais instituições ligadas à temática e, por fim uma análise dos dados obtidos no Banco de Tecnologias Sociais da Fundação Banco do Brasil. O trabalho foi realizado na base da revisão bibliográfica e de uma coleta e análise dos dados utilizando-se da estatística descritiva. Com os resultados obtidos é possível analisar de forma detalhada a dinâmica envolvendo a Tecnologia Social no Brasil e sua potencialidade na promoção do desenvolvimento sustentável.

Palavras-Chave: Tecnologia Social; Economia Solidária; Desenvolvimento Sustentável; Banco de Tecnologias Sociais.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Políticas setoriais, programas/ações e produtos/resultados da política social brasileira – 2010

Figura 2. Os 17 ODS

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Gráfico 1. Distribuição total dos temas principais

Gráfico 2. Distribuição dos temas principais entre as Finalistas e Vencedoras

Gráfico 3. ODS mais citados entre as TSs

Gráfico 4. TSs por Unidade Federativa

Quadro 1. Distribuição de todos os temas principais

Quadro 2. TSs com somente o tema principal

Quadro 3. Cruzamento dos dois temas do BTS

Quadro 4. Distribuição das TSs por região

Quadro 5. Abrangência das TSs por número de TSs e quantidade de aplicações

Quadro 6. Distribuição por tipo de instituição

LISTA DE SIGLAS

AST – Adequação Sociotécnica

BB – Banco do Brasil

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

BTS – Banco de Tecnologias Sociais

CT&I – Ciência, Tecnologia e Inovação

ES – Economia Social

ESOL – Economia Solidária

ESS – Economia Social Solidária

FBB – Fundação Banco do Brasil

FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária

GIFE – Grupo de Institutos Fundações e Empresas

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organizações das Nações Unidas

PBSM – Programa Brasil Sem Miséria

PPA – Plano Plurianual

PRONACOOP – Programa de Fomento às Cooperativas de Trabalho

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

SIES – Sistema de Informação da Economia Solidária

TC – Tecnologia Convencional

TS – Tecnologia Social

TSs – Tecnologias sociais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. Economia Social e Solidária, e Tecnologia Social	10
1.1 Economia Social e Solidária, o que é?	10
1.2 Em busca de um conceito de Tecnologia Social	15
2. Incentivo à Tecnologia Social no Brasil.....	21
2.1 Investimento Social no Brasil.....	21
2.1.1 Setor Público	22
2.1.2 Setor Privado	24
2.2 O incentivo às Tecnologias Sociais (TSs)	26
2.2.1 Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes).....	27
2.2.2 Fundação Banco do Brasil	30
2.3.1 Banco de Tecnologias Sociais (BTS)	32
2.3.2 Um primeiro contato.....	33
3. O Banco de Tecnologias Sociais: Um olhar aprofundado.....	36
3.1 Aprofundando nas características das TSs presentes no BTS	36
3.1.1 Temas e objetivos das TSs	37
3.1.1.1 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).....	37
3.1.1.2 Temas do próprio BTS	38
3.1.2 Questões geográficas: unidade federativa, implementação e abrangência.....	39
3.1.3 Das instituições: Universidade Pública, Governo ou ONG.....	40
3.2 Dados e observações.....	41
3.2.1 Conclusões dos dados.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50
ANEXO 1	53
ANEXO 2	59

INTRODUÇÃO

Ao se pensar em avanços tecnológicos, logo nos vem ideias de modernidade, rapidez, eficiência, mas não é questionado “para quem” tal tecnologia é benéfica, e o que se observa são avanços tecnológicos destinados apenas para o consumo dos mesmos, em contrapartida há um tipo diferenciado de tecnologia, a chamada Tecnologia Social.

A Tecnologia Social é um tema de recente discussão acadêmica, e que muitas vezes vem acompanhada ou dentro da grande esfera da Economia Solidária, portanto dois temas fortemente interligados, mas que cada um possui suas peculiaridades.

A Economia Solidária, por sua vez, é uma temática de certo destaque, que constitui a ampla discussão em torno de uma organização da economia voltada para a cooperação. Já a Tecnologia Social, ao se separar de outras áreas, se demonstra uma potencial fonte de discussões e reflexões sobre uma mudança na forma com que se gera e são difundidas as tecnologias, principalmente no que tange a questões socioambientais (DAGNINO, 2014).

Definir “Tecnologia Social” (TS), pode-se dizer, em linhas mais gerais, que é uma forma de se (re)alinhar os avanços técnico-científicos das mais variadas áreas, visando o desenvolvimento de soluções, duradouras e eficientes, de forma mais próxima das pessoas e compatível com cada realidade.

Sobre a TS no Brasil, é possível observar um empenho através do Banco de Tecnologia Sociais (BTS) da Fundação Banco do Brasil, na qual reúne informações sobre as mais variadas aplicações de TS existentes, a fim de fomentar o crescimento e disseminação da TS como um meio de desenvolvimento socioambiental.

Este trabalho parte da hipótese que o conhecimento sobre a realidade da TS no Brasil – mesmo que exista o BTS – é pouco difundida, inclusive nas discussões mais específicas, surgindo assim dúvidas acerca da realidade na qual se encontra a TS e suas características, portanto se torna importante estudos mais próximos das próprias aplicações em TS.

Dessa forma se tem como objetivo de fornecer um panorama da TS no Brasil da qual englobe as discussões da teoria em desenvolvimento e as questões relacionadas às características da TS existente de fato.

No capítulo 1 se buscará entender o que a TS representa no campo teórico, partindo primeiramente da Economia Social Solidária (ESS) numa breve abordagem da história e dos

princípios centrais, e depois a TS em si será abordada, com uma possível diferenciação da ESS, e as características mais peculiares da TS.

No capítulo 2 será feita uma preparação para a abordagem das aplicações de TS. Tal preparação parte de uma investigação sobre, em primeiro lugar, as possíveis origens do fomento da TS, depois se centralizando em TS, com a principal instituição sobre o tema que é o BTS da FBB.

No capítulo 3 serão observadas as próprias aplicações, a partir de dados obtidos do BTS, a fim de serem analisados como exemplos empíricos de TS. Assim se terá as questões mais próximas da realidade a serem apresentadas de forma sistemática, buscando a facilitação da compreensão do aspecto geral da atual realidade da TS no Brasil.

A metodologia partirá de uma revisão bibliográfica, primeiramente da ESS e TS, abordando seus principais aspectos, e, posteriormente, de questões mais gerais do investimento social. Depois serão feitas consultas às informações sobre as instituições (Senaes e FBB) a fim de descrever as mesmas. E, por fim, será feito o levantamento, sistematização e categorização dos dados contidos no BTS com intuito de se utilizar uma estatística descritiva para a análise dos mesmos.

1. Economia Social e Solidária, e Tecnologia Social

O presente capítulo visa discorrer de discussões em torno de se delimitar os conceitos de Economia Social Solidária (ESS) e, posteriormente, são exploradas as discussões sobre a temática da Tecnologia Social (TS).

A ESS se mostra uma fonte de discussões teóricas variadas, partindo de delimitar o que é a ESS, e, além disso, como se dá, o que caracteriza, e, até mesmo, sobre qual terminologia se utilizar. Desta forma propõe-se a entender uma discussão mais próxima do Brasil, pelo principal disseminador dos ideais da ESS, Paul Singer, através da sua análise histórica e seus princípios, e, também, explorar outros autores latino-americanos e discussões mais recentes, utilizando as teses de Moraes (2013) e Cruz (2006) como apoio.

E, mais recentemente, se separa da ESS a ideia de Tecnologia Social, ou seja, a possibilidade adequar e incorporar os avanços técnico-científicos aos conceitos da Economia Social Solidária. Dessa forma será feito, em primeira instância, uma apresentação e análise da proposta de Renato Dagnino para conceituar a TS, e como a expressão “tecnologias sociais” são aplicadas de formas mais abrangentes.

1.1 Economia Social e Solidária, o que é?

A Economia Solidária (ESOL) é um campo muito abrangente, que, muitas vezes, está associado aos amplos ideais da Economia Social (ES), muitas vezes a ESOL é mostrada como uma parte da ES, fato é que os conceitos se misturam e convergem em diferentes autores, e tais temas vêm ganhando espaço no meio acadêmico.

É importante evidenciar que a categorização da terminologia de Economia Social e Solidária (ESS) é um tanto quanto dificultosa, uma vez que é difícil delimitar as formas de abordagem dos dois campos, implicando em diversas interpretações e divergências nas teorizações.

Do ponto de vista teórico-conceitual, vale frisar que a ES e ESOL constituem-se uma realidade econômica heterogênea, marcada por uma série de dificuldades e contradições no que se refere à sua definição, delimitação de suas atividades e de suas organizações e, conseqüentemente, de sua mensuração. (MORAIS, 2013, p. 80).

Ao se traçar historicamente a discussão sobre uma possível “economia social ou solidária” é difícil ter um ponto evidente de “surgimento” de tal dinâmica. Cruz (2006) e Singer (2002) evidenciam, as formas associativas ou cooperativas no meio capitalista desde

a formação da própria economia capitalista, com exemplos baseados em ideais de autores como Robert Owen que datam desde o século XIX (cooperativa de Rochdale na Inglaterra em 1844, Delitzsch na Prússia em 1850 e em Milão 1866, que se espalharam pelos países). Outros autores de destaque é Proudhon e Marx, na qual ambos pensaram em formas de superação ao capitalismo via socialismo, mas Proudhon discute uma forma de transição usando-se de meios como cooperativismo e Marx parte da ideia de revolução, principalmente política.

A carga ideológica pode estar associada ao socialismo e comunismo, como Singer (2002) nomeia esses momentos iniciais de economia solidária como “cooperativismo revolucionário” dando crédito às contribuições de R. Owen (socialismo utópico), com seus ideais de reforma social e criação de vilas cooperativas para combate à pobreza, à Marx e Engels (socialismo científico e comunismo).

No entanto, Cruz (2006) mostra que Walras e Marshall, tipicamente liberais, também exibiam que o cooperativismo era um mecanismo que funcionava no livre-mercado mecanismo para democratização da renda, como é ressaltado: “De alguma forma, por paradoxal que isto possa parecer, este tema específico – as empresas cooperativas e o cooperativismo em geral – era visto sob uma perspectiva muito parecida, ao mesmo tempo, por Proudhon e Marx, e por Walras e Marshall.” (CRUZ, 2006, p. 18).

A partir desse ponto a concepção teórica e empírica da ESS foi se alterando (início do século XX), pois o capitalismo avançava e consolidava seus defeitos como a propagação da pobreza e exclusão social, ou seja, “De modo geral, já não se trata de salvar-se ‘do capitalismo’, mas de salvar-se ‘da exclusão do capitalismo’.”(CRUZ, 2006, p.31).

Entretanto a teoria não se consolidou explicitamente, assim não houve consenso teórico para definição de uma ES ou ESOL, Moraes (2013) mostra diversos levantamentos das mais variadas terminologias (englobando o terceiro setor ou sem fins lucrativos, cooperação, etc.), que variam desde autores até as divergências entre diferentes países (por exemplo, no Brasil não é comumente utilizada a terminologia “Economia Social”).

Atualmente a discussão sobre a ESS parte desse princípio de “salvar-se da exclusão capitalismo”, mas não significa necessariamente, se distanciar completamente do mesmo, assim um empreendimento ou organização social se diferencia de uma empresa tradicional por perseguir ao invés do lucro, uma razão social. De uma forma mais prática pode-se usar as ideias de Yunus (2008) que enxerga as Empresas Sociais como uma forma de se orientar

o objetivo final da empresa ao benefício social e que isso não a impede e ter lucro, desde que o mesmo seja usado para propagar tais benefícios, até mesmo se for uma empresa cujo funcionários são pobres e a empresa se oriente para a promoção de melhores condições aos trabalhadores.

As manifestações de ESS são bem diversas, Morais (2013) faz uma categorização delas baseadas no seu trabalho da OIT junto com Fonteneau, et al. (2014):

- a) Cooperativas: são muito presentes no mundo e no Brasil, bem caracterizadas pela associação de pessoas, afim de suprir suas necessidades econômicas, sociais, culturais, em uma organização democrática e de propriedade conjunta (coletividade). Se espalham por diversos ramos, como o de trabalhadores, de saúde, de trocas/consumo, de produção, etc.
- b) Sociedades Mutuais: mais comuns na Europa, é baseada na ideia de fornecer serviços sociais à comunidade, através da socialização de riscos e de um fundo comum, buscando a segurança e a proteção social, como serviços de seguro saúde sem fins lucrativos, comuns em regiões escandinavas e na Alemanha.
- c) Associações e Organizações comunitárias: possuem uma finalidade de atingir objetivos comuns, aproximando agentes em torno de uma gestão flexível.
- d) Empresas Sociais: terminologia explorada em Yunus (2008), é uma empresa como qualquer outra, porém com um acréscimo de uma finalidade ativa no alcance algum objetivo social. Sendo que essa mesma pode e deve usufruir de mecanismos empresariais comuns (estrutura financeira, excedente, investidores externos, etc.) para se fazer o seu propósito, ou seja, “a atividade econômica combina rentabilidade e mudança social” (FONTENEAU, et. al. 2014, p. 4), e se diferem dos outros tipos por não serem necessariamente de propriedade coletiva.
- e) Fundações: fonte de discussões e debates sobre se as fundações são formas da ES, é necessário levantar certas características, pois existem fundações atreladas à grandes corporações privadas cuja finalidade não é o benefício social, mas sim a evasão tributária, por exemplo. As características necessárias são a de ser principalmente “fundações sem fins lucrativos”, isto é, não são distribuídos os benefícios àqueles que detém o controle, mas sim à razão social da própria fundação.

As diferenças entre ES e ESOL são amplamente discutidas por Morais (2013), na qual a ESOL possui um enfoque mais específico dentro da ES, seja por ela por ter diferentes

ênfases, seja pela ES estar muito mais próxima do capitalismo do que a ESOL, portanto é difícil encontrar uma definição em si. Mas é importante a reflexão de que a ESOL, principalmente nos conceitos desenvolvidos nos países latino-americanos, mostra uma via alternativa para além da globalização neoliberal dominante atualmente.

Como mencionado anteriormente, a terminologia “Economia Social” não é tão presente no Brasil, mas suas características se assemelham muito à “Economia solidária” de seu principal expoente nacional, Paul Singer, que por sua vez especifica os princípios das organizações. Para Singer (2002) a solidariedade só é possível através da igualdade, então assim se forma a base da economia solidária.

Os fundamentos da ESOL, presentes em Singer (2002 e 2003), são baseadas primeiramente na cooperação, utilizando-se do exemplo das cooperativas – principalmente as de produção – abordando principalmente a estrutura delas, principalmente na comparação com a diferença para uma empresa tradicional onde os salários são extremamente diferentes, geram embates sindicais e promovem a competitividade entre carreiras, já na cooperativa busca-se democraticamente definir através de uma assembleia a “retirada” da receita da empresa que definirá salários, tais retiradas podem ser desiguais em níveis aceitáveis (por isso a assembleia), principalmente para trabalhadores técnico-administrativo para se promover o aumento de ganhos.

Outro princípio importante é que na cooperativa não existe um “dono” propriamente dito, a própria cooperativa é dona de si, e os acúmulos que ela consegue fica como uma forma de fundo indivisível, evitando que haja a competitividade entre sócios ou a valorização de tal fundo, assim se prevalece o intuito original da cooperativa e, pode-se elencar com os outros autores como Yunus (2008), ao manter a empresa objetivada a perpetuar o desenvolvimento plural na esfera social e econômica da sociedade.

Um dos pontos chave nas ideias de Singer é o da autogestão, que se difere da gestão das empresas comuns, ou heterogestão que visa ordens de cima para baixo e pouco nível de informação ou transparência para os funcionários, tal como o incentivo do ganho de produtividade pautado na competitividade. Já a autogestão tem como fio condutor a própria democracia, assim todos os sócios da empresa devem saber do que ocorre na empresa com transparência (informação sobre a situação e a empresa), e devem decidir rumos através de assembleias gerais ou através da confiança a delegados, como os técnicos e administradores (em empresas muito grandes).

Portanto a autogestão propaga a igualdade, então os ganhos de produtividade são pautados no que seria melhor para todos – desenvolvimento humano e não apenas econômico – de forma democrática. Talvez o principal problema da autogestão é a falta de interesse participativo dos sócios, confiando unicamente na diretoria, o que pode levar a heterogestão, por isso é necessário a conscientização, educação e, também, trabalhar a autoconfiança dos trabalhadores (SINGER, 2002).

Outros dois autores de destaque na América Latina ao se tratar da ESS são: o chileno Luis Razeto e o argentino José Luis Coraggio. Razeto por sua vez se aprofunda mais na questão da ESOL como uma estrutura alternativa para todos os ramos da sociedade (um processo civilizatório), não apenas a própria economia, mas também a política e na cultura, Cruz (2006) salienta a idealização de Razeto como utópica, e que se preocupa muito mais com uma análise ética do que uma discussão pontual do papel da ESOL, assim Razeto não se aprofunda muito nos conceitos, mas sim, nas possibilidades transformativas que a ESOL propõe à sociedade.

As ideias de Coraggio acerca da ESOL partem muito mais do desenvolvimento, principalmente em âmbito local, compartilhando algumas ideias quanto a produção mais cooperativa de Singer, e também reconhecendo algumas outras formas de organização (como associações e centros de aprendizagem coletiva) como parte do seu próprio termo, a “economia popular”. O autor faz uma investigação com o fim de definir a “economia popular”, dessa forma, Cruz (2006) e Moraes (2013) traçam a ideia de uma forma de ruptura com a cultura do capital (empreendimentos comuns), assim a função produtiva seria o bem-estar, ou uma causa social, mas tal ruptura – ou contraposição – não seria radical, mas sim, um processo de redistribuição e fomentação do desenvolvimento local, com o “local” visto como uma esfera do global.

Dada essas características, a ESS possibilita “uma vantagem comparativa no combate a desafios sociais, econômicos e políticos em todo o mundo” (FONTENEAU, et al., 2014, p.13), por diversos fatores: como a mobilização social através da organização da ESS por pessoas, a chamada coesão social, fomentando um maior empoderamento em torno de suas causas e também possibilitando o reconhecimento de uma economia plural coincidindo com os princípios de Singer (2002 e 2003) e, além disso, uma saída das recorrentes crises por propor um “modelo de desenvolvimento mais inclusivo e sustentável” (MORAIS, 2010, p. 66).

1.2 Em busca de um conceito de Tecnologia Social

A discussão em torno da Tecnologia Social é recente, e muitas vezes acaba se misturando como uma das características dos empreendimentos em ESS. Entretanto, Dagnino (2014) procura conceituar a TS separadamente da ESS, de uma forma a pontuar um conceito sobre um arranjo tecnológico na qual se busca tornar a ESS sustentável – ecologicamente e economicamente – agregando os ganhos tecnológicos, e os direcionando para a maior efetividade dentro da ESS dada as peculiaridades de seus empreendimentos.

Antes de nos aprofundarmos na TS, é interessante entender as diferenças dela para a Tecnologia Convencional (TC). Assim, segundo Dagnino (2014) a TC se caracteriza por representar os interesses do mercado, pautado quase que exclusivamente na geração de bens e serviços para se auferir lucro, e por uma organização hierarquizada, ou seja, praticante da heterogestão.

A Tecnologia Convencional, proporciona a redução (e substituição) da mão-de-obra afim de ganhos de produtividade, por outro lado isso se torna um importante fator concentrador de renda – nas mãos dos donos de capital – e um ponto de muita discussão: um potencializador do desemprego estrutural, e que se mostra incapaz de absorver toda a população, levando e deixando muitos na sombra da informalidade.

Além disso, tais características concentradoras têm efeitos sobre a dinâmica internacional, principalmente quanto se diz sobre a relação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, no que se diz sobre a fonte de tecnologia, de empresas de alta tecnologia e onde se faz maiores investimentos em P&D, onde os países desenvolvidos concentram e modelam esses fatores, enquanto os em desenvolvimento sofrem com a dependência, ou como Dagnino define: “Monopolizada pelas grandes empresas dos países ricos” (DAGNINO, 2014, p.21)

Por sua vez, a TS, é (ou deveria ser) uma forma de agregar avanços tecnológicos e a num patamar diferente da TC, de uma forma a dar ênfase, não no mercado, mas sim no desenvolvimento inclusivo, se adaptando às pessoas e aos empreendimentos, de uma forma com que se alinhe, se adapte e perpetue com os conceitos da autogestão.

A TS, então, resumindo e reiterando, é a tecnologia de que necessitam os empreendimentos solidários para se tornarem sustentáveis. Não deve ter passado despercebido ao leitor o fato de que sempre me refiro à TS no singular, e não a Tecnologias Sociais, no plural. Isso ocorre para marcar o fato de que se trata de

um conceito – novo e bem definido – que denota um espectro amplo de elementos constituído mediante uma racionalidade específica, distinta daquela que preside o desenvolvimento da tecnologia capitalista (DAGNINO, 2014, p.210).

Portanto, segundo Dagnino, é possível entender que o principal papel da TS é levar o âmbito da ESS além dos princípios já tratados anteriormente, que são basicamente questões organizacionais das empresas, mas mudar toda a cadeia produtiva, inclusive a forma com que se usa da técnica e tecnologia, destacando assim que a TS não é um incremento, mas sim uma vitalidade dos empreendimentos em ESS.

Não é só a maneira como se organiza o trabalho (orgware), mas o substrato tecnológico (hardware e software) e o próprio substrato científico que de alguma maneira produzem a tecnologia que vai ser utilizada na empresa, o que precisa ser transformado. Não basta que o empreendimento seja de cooperados e nem que adote a autogestão. É necessário que disponha de TS (DAGNINO, 2014, p.25).

A forma com que os avanços tecnológicos se desenvolvem, é fortemente “contaminada” pela ideologia capitalista segundo Dagnino, assim há uma grande base para criação e aperfeiçoamento da TC, principalmente através da ciência, tecnologia e inovação (CT&I) fomentadas pelas instituições de ensino e empresas, assim temos um grande potencial em geração da TC.

Porém não se deve enxergar a TC como negativa ou “inimiga” da TS, elas possuem características distintas e objetivos que parecem ser antagônicos, mas fato é que grande parte da TS se origina das próprias TC, pois as necessidades dos empreendimentos em ESS geralmente adequam as tecnologias já existentes, incrementando-as e, também desenvolvendo novas, num processo chamado por Dagnino de “Adequação Sociotécnica”.

A Adequação Sociotécnica (AST) é um conjunto das formas com que se geram as TS, pois da mesma forma com que o desenvolvimento da tecnologia é “contaminado” pela ideologia capitalista, é possível adaptá-las de uma forma a “contaminá-las” com os princípios dos empreendimentos em ESS, e até mesmo inovar e buscar novos conhecimentos.

Essa transformação através da AST não é simplesmente uma aplicação da TC, mas sim reprojeto de um conhecimento técnico-científico ou tecnologia, de forma a se incorporar com equipamentos e insumos (“hardware”), com a organização produtiva (“orgware”), e utilizando os conhecimentos e capacidades mentais dos agentes (“software”). Quanto aos insumos, aos equipamentos e ao conhecimento técnico, é de se evidenciar as

limitações dentro dos empreendimentos em ESS, e quanto à organização deve-se levar em conta os conceitos de autogestão e cooperação.

Aprofundando no tema da AST, é feita uma lista de 7 modalidades, onde devem ser entendidos como momentos (não são estágios), que não são necessariamente estáticos e podem, ou não, passar de um momento para outro, e podem, ou não, formar um processo de adequação contínuo:

- 1) Alteração na distribuição da receita gerada: Essa adequação parte do princípio de mudança organizacional do trabalho, ou seja, a manutenção das características do processo de trabalho convencional, mas se altera a distribuição das receitas através da socialização. Geralmente presente em fábricas onde houve o repasse de privada à coletiva. É considerado um embrião de novas ASTs.
- 2) Apropriação: Onde há “a aquisição, pelos trabalhadores, de conhecimento produtivo, de gestão, e de concepção de produtos e processos, sem que alguma modificação seja introduzida nos mesmos” (DAGNINO, 2014, p.205), porém dentro de uma empresa com propriedade coletiva dos meios de produção.
- 3) Repotenciamento: Caracteriza-se pelos ajustes e moldes que a condição dos empreendimentos em ESS fornecem (propriedade coletiva), como o condicionamento, revitalização e/ou manutenção preventiva, com o objetivo de alterar o bem ou serviço fornecido.
- 4) Ajuste do processo de trabalho: Se pressupõe que em um ambiente de autogestão, se questione o processo de trabalho convencional (divisão do trabalho ou fordista-taylorista) e se mude para uma forma mais compatíveis com a autogestão, sem alterar a propriedade coletiva.
- 5) Alternativas tecnológicas: Esse momento já é avançado, isto é, um momento quando se percebe que 1,2,3 e 4 não atendem às necessidades dos empreendimentos. Caracteriza-se pela busca de alternativas tecnológicas já existentes e diferentes da TC.
- 6) Incorporação de conhecimento técnico-científico existente: Momento quando há um prolongamento do 5, devido a necessidade de se “incorporar conhecimento (intangível, não embutido em meios de produção) existente, para o desenvolvimento de tecnologias (novos processos produtivos, meios de produção, insumos etc.)” (DAGNINO, 2014, p.206). Uma “inovação

incremental” e que se tende a ser desenvolvido em instituições públicas de P&D e ensino.

- 7) Busca de conhecimento técnico-científico novo: Com o prolongamento do 6, a “inovação incremental” tenderá a formar uma “inovação radical”, onde os resultados da expansão do novo conhecimento serão incorporados aos empreendimentos em ESS. Fomentado também pelas instituições de P&D e de ensino.

Fica evidente como Dagnino (2014) nos mostra uma visão muito semelhante à concepção de Singer (2003), até mesmo sua opção por utilizar o termo “Economia Solidária” (se utilizando da sigla ES, na qual foi adaptado nesse trabalho para “empreendimentos em ESS”), ambos possuem sua ideia principal sobre os empreendimentos em ESS focados na forma organizacional, principalmente nos princípios da autogestão, e Dagnino aborda principalmente a ESOL como uma forma de combate à informalidade, fazendo assim uma fonte geradora de renda.

Tal delimitação do campo da ESOL refletido em Dagnino é observado através sua concepção do conceito de tecnologia (tanto social como capitalista), na qual ele diz ser a relação explícita do processo de trabalho com a produção, tal delimitação é feita com a finalidade de se separar o seu conceito singular de TS, da expressão “tecnologias sociais”, que podem se referir para, além da produção, áreas da educação, por exemplo.

É possível também elencar a abordagem da Dagnino sobre a ESOL, como algo semelhante as ideias de Razeto citado por Cruz (2006), logo a ESOL não é apenas um “quebra-galho” para os mais pobres, mas sim todo um processo civilizatório. Dagnino faz uma metáfora ao dizer que a ES atualmente é um “projeto de foguete e a TS é sua plataforma de lançamento” (DAGNINO, 2014, p.213). E a principal premissa da dobradinha ESOL-TS é criar possibilidades de produção e renda, justamente para aqueles não absorvidos pelos empreendimentos e tecnologias convencionais, ou seja, aqueles situados na informalidade.

Então é aí que entra o interesse da população no geral, mais precisamente, da área acadêmica (dado como principal polo de CT&I fora das empresas privadas), e, principalmente, da agenda governamental, assim é defendida uma nova forma de cultura institucional, principalmente no que se diz à fomentação de inovação tecnológica nas instituições. Para que essa nova cultura se instale, Dagnino destaca a importância para

discussão e desenvolvimento de atividades relacionadas a TS – visão através da AST –, dentro do ambiente acadêmico fomentado pelo investimento público.

Na outra ponta, após a concepção da TS fomentada pelo Estado, seria de interesse do Estado se utilizar de seu poder de compra para demandar os bens e serviços fornecidos pelos empreendimentos em ESS afim de incentivá-los, e gradativamente apoiá-los a incluírem seus agentes (trabalhadores) na economia formal – não no mercado ou nos valores convencionais, ou seja, “com a finalidade de satisfazer necessidades humanas sem que para isso tenham que adquirir o caráter de valores de troca” (DAGNINO, 2014, p.235)– e depois, os empreendimentos tivessem uma relação de trocas materiais e de conhecimento entre si.

Então um passo futuro seria a conexão entre diversos tipos de empreendimentos em ESS e as TS desenvolvidas, afim de aprimorar as TS já existentes, e dar suporte às novas, portanto perpetuando a AST, através da comunicação, solidariedade e reconhecimento por instituições, governamentais ou não. Assim uma noção de encadeamento e adensamento produtivo dos empreendimentos, uma dinâmica que é apresentado como “Redes”, ou como veremos posteriormente em bancos de dados, pelo “Banco de Tecnologias Sociais” da FBB.

Por fim Dagnino diz se identificar com a idealização utópica da ESS, próximas a de Razeto, dito anteriormente, já que suas propostas quanto a ESS é de que é um processo civilizatório que cria uma sociedade alternativa, e não simplesmente um processo inclusivo para depois se sublinhar as margens do mercado da sociedade capitalista, por isso, Dagnino ressalta todo o papel de uma análise separada da TS, como propulsora e viabilizadora desse projeto civilizatório.

A expressão “tecnologias sociais” (TSs) se diferencia um pouco do conceito de “Tecnologia Social” (TS) de Dagnino, uma vez que ela engloba não só as tecnologias das quais tem relação com o processo de trabalho e produtivo, mas sim todas as atividades, cuja finalidade é tratar de um problema social, envolvendo a comunidade e seus conhecimentos. Isto é, a expressão engloba mais atividades, atingindo um maior número de áreas, assim uma maior diversidade.

Tecnologia Social compreende produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social (Fundação Banco do Brasil¹).

¹ FBB, disponível em: < <http://tecnologiasocial.fbb.org.br/tecnologiasocial/o-que-e/tecnologia-social/o-que-e-tecnologia-social.htm> > acessado em: 19/10/2018 às 21:15

Então é explícita a relação de ambas as concepções da TS com a ESS, na qual a ESS representa uma série de princípios, ideais e discussões em volta de um processo, seja ele de organização do trabalho, produção ou civilizatório, e a TS representa uma forma factível e objetiva de se aplicar a ESS na realidade.

A TS (ambas) possui sua premissa de gerar e propagar de forma concisa, a sustentabilidade e efetividade de soluções para uma população fragilizada, ou que não seja absorvida pela economia formal, com o intuito de se combater, inicialmente, as deficiências locais, e, posteriormente, usufruir dos resultados e difundir para outros exemplos. Além disso, ambas partem das premissas da ESS e tem como um dos fatores fundamentais, mesmo que implícito, o processo de AST.

A preocupação com as TS se expande para além da conceitualização e da metodologia diferenciada, como foi aqui abordado, é de se notar que há diferentes instituições que reconhecem as TS, muitas delas se interligam e, a principal referência é a Fundação Banco do Brasil através da iniciativa do Banco de Tecnologias Sociais, a qual será o objeto do próximo capítulo.

2. Incentivo à Tecnologia Social no Brasil

As questões teóricas são importantes para se discutir a TS, e, tão importante quanto, é observar como a temática é tratada, no que se diz respeito ao fomento e apoio da sociedade. Esse capítulo discorrerá de uma abordagem mais generalizada de como é fomentada as TSs no Brasil de hoje, através da apresentação do papel do governo, do setor privado, e, também, explorar as principais instituições ligadas às TSs.

Primeiramente, é abordada a questão sobre os investimentos sociais por parte do governo, a fim de se apresentar ao papel e a dimensão do setor público na área. Depois será investigado as razões de se existir investimento social por parte de empresas privada, já que elas também possuem grande importância para o desenvolvimento das TSs.

Depois será apresentada duas das principais instituições relacionadas ao desenvolvimento de da ESS e, conseqüentemente, das TSs, uma representando o primeiro setor que é Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), e a outra sendo uma representante do terceiro setor (que possui ligações ao primeiro e segundo setor), a Fundação Banco do Brasil (FBB), buscando descrever o passado, o presente, e as perspectivas de futuro de cada uma.

Posteriormente será feito a apresentação dos dados relativos à Tecnologia social no Brasil, onde a principal fonte é o Banco de Tecnologias Sociais da FBB, dessa forma será apresentado algumas dimensões da TS, e um recorte baseado nas TSs listadas pela instituição.

2.1 Investimento Social no Brasil

A questão do investimento social é uma terminologia geralmente utilizada pelo setor privado, com a finalidade de demonstrar um comprometimento da empresa privada, ou de fundações (terceiro setor), em questões de cunho socioambiental (GIFE, 2018), mas também pode ser utilizado ao descrever os investimentos em políticas voltadas ao desenvolvimento social. Assim, se entende, que ambos os sentidos têm grande impacto no desenvolvimento dos empreendimentos em ESS e, conseqüentemente, é fundamental para que se possa gerar, implementar e melhorar a TS.

Quanto ao governo é nítida sua participação, sendo um dos principais agentes comprometidos, já que questões sociais estão presentes em quase todos os planejamentos da

esfera pública, já quanto ao setor privado é um tanto quanto difícil delimitar seu papel ou objetivo social.

2.1.1 Setor Público

No que se diz respeito ao primeiro setor (governo) é possível observar um grande foco de políticas sociais, e mais recentemente durante os períodos Lula e Dilma, se obteve uma atenção em ESS com a criação da Senaes (Secretaria Nacional de Economia Solidária) e, como já foi abordado, a TS como concepção distinta da ESS é recente, porém se pode entender que as duas possuem uma forte relação entre si.

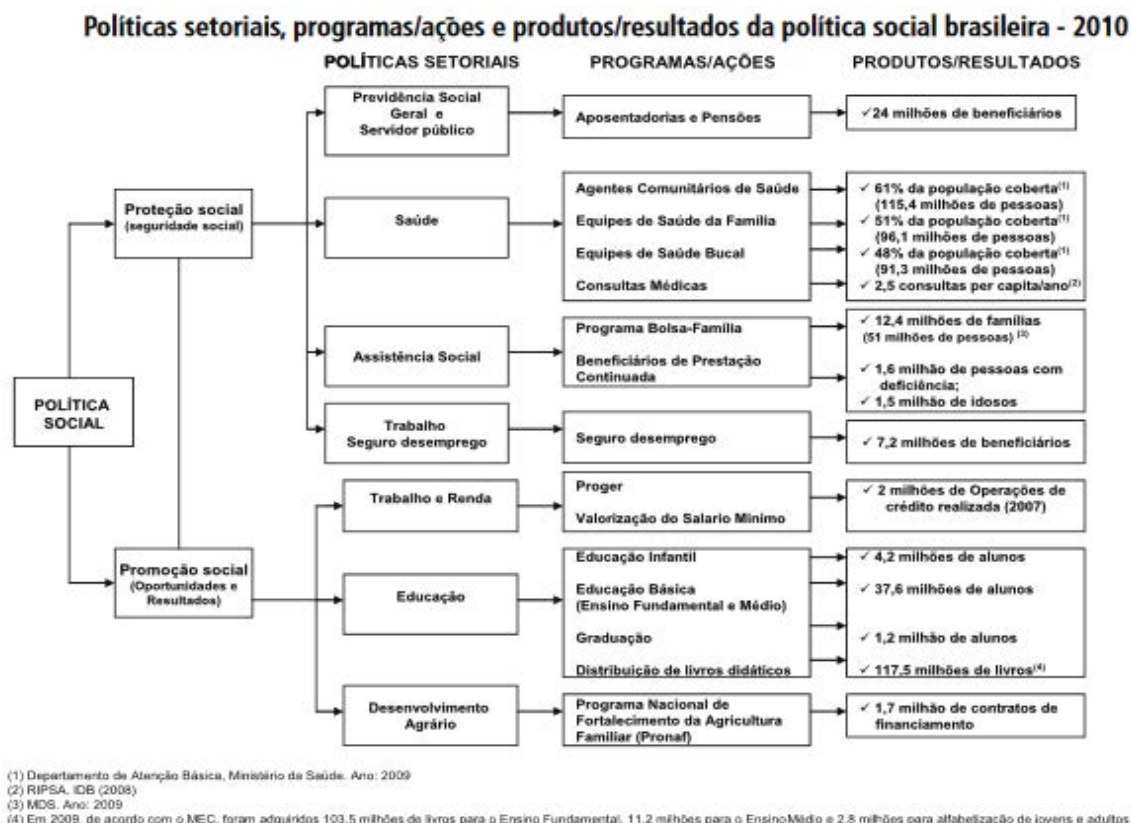
O comprometimento do governo quanto ao investimento social e ao gasto social foram fortalecidos pela Constituição de 1988: as chamadas políticas de proteção e promoção social estão garantidas pela Constituição brasileira, tais políticas foram ampliadas e aprofundadas principalmente nos períodos FHC – Lula – Dilma, principalmente durante os grandes projetos petistas como o Programa Fome Zero (Lula) e o Programa Brasil Sem Miséria (Dilma).

A dimensão das políticas sociais é bem explorada através do estudo feito pela Secretaria do Tesouro Nacional, onde é demonstrado uma base histórica dos gastos sociais. Os gastos sociais diretos (transferências diretas do governo para a população, unidades federativas e municípios) em 2015 representavam 67,3% do gasto direto total e os tributários (principalmente desonerações tributárias) de 38,6% do gasto total tributário.

Em termos mais gerais é possível observar o crescimento do gasto social total, em 2002 representava o equivalente a 12,9% do PIB e foi para 17,5% do PIB em 2015, um aumento em relação ao PIB na ordem de 4,5%. Os destinos de destaque são principalmente, dentro da área de proteção social, a Assistência Social (que teve um pico de crescimento após a criação do Bolsa Família), a Saúde, e a Previdência (chegando a 9% do PIB ou 550 bilhões de reais em 2015).

Enquanto que grande parte dos gastos sociais é destinada ao espectro de proteção social, para esse trabalho, o ponto de maior interesse são os gastos destinados à promoção social, onde se englobam áreas destinadas a promoção do desenvolvimento social, através da geração de oportunidades. Dessa forma pode-se dizer que os gastos em promoção social englobam alguns fatores semelhantes aos chamados investimentos sociais.

Figura 1. Políticas setoriais, programas/ações e produtos/resultados da política social brasileira – 2010:



Fonte: IPEA, *Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro*, Vol.10.

Fonte: IPEA, 2010

Tal importância se dá pelo fato de se englobar nesses gastos os recursos que foram destinados à Senaes (através do Ministério do Trabalho e Emprego), e também por ser onde se situam políticas de geração de renda, e a Educação (que também se diz respeito aos investimentos em CT&I), ou seja, alinhando com a discussão sobre as áreas importantes para o fomento à TS.

O setor do Trabalho e Renda – onde foram destinados um total 70,9 bilhões de reais – tem importância significativa, uma vez que Senaes foi uma Secretaria (agora uma Subsecretaria) do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), além disso, é nessa área que estão políticas de incentivo aos trabalhadores informais, e desoneração na folha de pagamento.

Outro fator importante, em especial para as TSs é o investimento direcionado para a Educação, uma vez que centros de Pesquisa e Inovação são foco em Dagnino (2014) para se progredir com a Adequação Sociotécnica. Os gastos em Educação (setor Educação e

Cultura) atingiram 160 bi em 2015 (2,7% do PIB) e, mais precisamente, 28,6 bi em Ensino Superior, um aumento próximo a 5 vezes o orçamento de 2002, impulsionados por programas estudantis (Fies e ProUni) e a abertura de Universidades Federais.

Portanto é nítido o comprometimento governamental num sentido institucional, colocando projetos, recursos e esforços para o investimento social, seu objetivo é além de cumprir seus deveres democráticos, mas também seus deveres constitucionais, já que tal tipo de investimento – nas duas grandes áreas de proteção e promoção social – estão presentes na Constituição.

2.1.2 Setor Privado

Agora abordaremos a questão do setor privado, de uma forma a olhar o que representa o investimento social ou o chamado “responsabilidade social empresarial” (RSE) da qual muitas empresas englobam como parte do planejamento estratégico de negócios, para que se associe uma marca ou produto a uma causa ou projeto social. Além desse interesse próprio existe uma preocupação empresarial com questões sociais, uma vez que, a partir das observações das próprias empresas, o Estado se mostra também ineficiente em solucionar problemas sociais.

O GIFE (Grupo de Intuições, Fundações e Empresas) define o investimento social privado, quando há o protagonismo de uma empresa em torno de um projeto voltado para uma causa socioambiental, tal protagonismo pode ser através do financiamento ou de ações mais ativas. Outro ponto é alinhar tais investimentos com a ideia de negócios, de uma forma de compactuar a RSE e o próprio modelo empresarial.

Questões sobre a filantropia empresarial estão amplamente exploradas por Porter (2002) onde ele faz uma crítica, principalmente direcionada a Friedman (1970). Porter ressalta o poder da filantropia focada (tradução própria), isto é, investimentos sociais direcionados para áreas de interesse de seus *stakeholders* (as partes de interesse em um projeto, como consumidores, fornecedores e impactados), ou a comunidade, na qual seja possível desfrutar de um ganho financeiro, e assim transformar uma causa social numa estratégia de longo prazo.

É defendido que a filantropia corporativa é uma das formas mais eficientes de se ganhar competitividade, pois é através da mesma que se consegue melhorias que podem afetar diretamente os lucros, como melhorias na infraestrutura da comunidade (redes de

comunicação, vias, transporte, etc.), permitindo uma melhora social e uma melhoria para a empresa dentro dessa comunidade, e também outras externalidades positivas, como funcionários mais motivados, logo mais produtivos (vindos de investimentos em ensino, ou pessoas que se identificam com a empresa).

A ideia de Friedman que é criticada por Porter tem suas bases no individualismo (no sentido da ideologia liberal), ou seja, a questão filantrópica ou os investimentos sociais, nunca devem fazer parte da estratégia da empresa (filantropia focada), mas sim parte do interesse dos proprietários do negócio, individualmente, com a finalidade de que as empresas tem um único objetivo: maximizar lucros. O gasto dessa acumulação fica por direito do(s) dono(s): se questões filantrópicas fazem parte de seus objetivos pessoais, que assim o faça.

Uma reflexão interessante sobre o investimento social é feito durante o artigo de Orellano e Quiota (2011), onde é feito uma análise a partir do desempenho contábil de 44 empresas brasileiras que fazem investimentos RSE, na qual foram observadas correlações positivas entre um melhor desempenho e uma maior dedicação em RSE, na qual foi atribuída até mesmo uma relação de causalidade entre o desempenho financeiro e contábil e os investimentos sociais internos, externos e ambientais. Assim associando o gasto em investimento social com um resultado positivo.

Então é possível concluir através de Orellano e Quiota (2011) estatisticamente que muitas das empresas que fazem investimento social (ou socioambiental, como no estudo) são afetadas positivamente em suas áreas contábeis, gerando resultados melhores, aliando seus comprometimentos das diferentes esferas – sejam os interesses dos planos estratégicos, sejam pura filantropia – o que pode ser, fruto da ligação dos interesses, como levantado por Porter (2002).

Entretanto tal resultado não nos dá uma dimensão de como o investimento social privado praticado pelas empresas brasileiras se dá, o estudo nem mesmo nos dá uma perspectiva de sustentabilidade contábil no longo prazo. Dessa forma os resultados nos contam dentro de um curto período de tempo e para um número limitado de empresas.

As questões de Porter vão contra um dos grandes pensadores econômicos, Friedman, e mesmo com a ampla atuação em coordenação e orientação aos negócios promovido pela GIFE, não fica clara a motivação real, ou seja, se ela parte de uma necessidade individual, ou se é parte dos deveres da empresa como constituinte de uma sociedade civil, ou além

disso, se o investimento social é uma resposta mais eficiente – a partir da visão empresarial – às ineficiências governamentais.

A institucionalização dos investimentos sociais, ou da filantropia, da sociedade civil como um todo surge através de organizações sem fins lucrativos – as ONGs – tais organizações compõem o chamado terceiro setor, que tem como objetivo principal a esfera social, só que sem ser pela questão puramente governamental (no Setor Público), ou por ser parte de uma estratégia ou um desejo (no Setor Privado) como é proposto pela GIFE, são organizações que se coordenam tanto ao setor privado quanto ao setor público.

2.2 O incentivo às Tecnologias Sociais (TSs)

O incentivo às TSs pode vir de diversas formas, principalmente de investimentos sociais. E é importante se observar o conceito mais amplo de “Tecnologias Sociais” adotada pela FBB ao descrever o Banco de Tecnologias Sociais, o ponto focal deste trabalho.

Tecnologia Social compreende produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social (Fundação Banco do Brasil²).

A partir dessa definição serão trabalhadas as questões em torno dela, além de se aproveitar as discussões do primeiro capítulo, principalmente as contribuições de Dagnino (2014) referente à AST, portanto incluindo uma grande variedade de TSs. No contexto de “incentivo” se entende por iniciativas que afetem diretamente ou indiretamente o progresso das TSs.

Primeiramente será abordada a Senaes e seu histórico, representando participação do governo em ações voltada aos empreendimentos em ESS, e, portanto, o órgão mais próximo da concepção das TSs, entretanto atualmente a instituição está debilitada.

Posteriormente será apresentada a Fundação Banco do Brasil (FBB), uma das fundações com maior expressividade quanto investimento social, com destaque para a ESS e as TSs. Assim, a FBB, se torna um modelo, se interligando com várias outras organizações, abrangendo o setor público e privado, isto é, representando o terceiro setor.

² FBB, disponível em: < <http://tecnologiasocial.fbb.org.br/tecnologiasocial/o-que-e/tecnologia-social/o-que-e-tecnologia-social.htm> > acessado em: 19/10/2018 às 21:15

2.2.1 Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes)

A Senaes (Secretaria Nacional de Economia Solidária) ligada ao MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) foi criada pelo então presidente Lula em 26 de junho de 2003, em vista das idealizações do nome mais influente em Economia Solidária (ou aqui abordado como Economia Social Solidária) no Brasil, Paul Singer. A Senaes é integrante do MTE e como Singer (2014) descreve, fazia parte do Programa Fome Zero do governo.

Após a sua fundação, quem assumiu a liderança foi Paul Singer solidificando as potencialidades dessa Secretaria, sobre um tema que na época ainda ganhava destaque e acabara de despertar o interesse do governo brasileiro, e que representava uma frente de combate à informalidade e ao desemprego, com papel fundamental no reconhecimento de formas autênticas de autogestão, garantindo visibilidade para os agentes relacionados, além de ser parceira “irmã” do FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária) e outras organizações.

As primeiras atividades da Senaes foram em torno da questão de empresas autodenominadas cooperativas, mas que não eram na verdade, eram organizações onde o contratante, para reduzir os custos, montava uma espécie de cooperativa, submetendo seus funcionários a condições precárias de trabalho, então a Senaes acionou através do MTE fiscais que fecharam diversas supostas ‘cooperativas’. O objetivo era de apoiar no fomento à organização dos funcionários para a autogestão e formar verdadeiras cooperativas.

É importante esse desenho do começo das atividades da Senaes, pois demonstra um dos principais males com que Senaes ativamente lutou, e através desses exemplos de “falsas cooperativas”, a Senaes estudou e buscou soluções dentro de experiências internacionais para resolver problemas semelhantes. Assim um trabalho junto com a bancada parlamentar e conversas mais próximas dos trabalhadores cooperados, é proposta a Lei nº 12.690, de 2012, que após 6 anos de tramitação foi aprovada pela então presidenta Dilma Rousseff.

A importância dessa lei é que nela institui o Programa de Fomento às Cooperativas de Trabalho (PRONACOOP), que apoia as cooperativas que não são autossustentáveis, a fornecerem um meio de trabalho decente, com os benefícios legais, para que as cooperativas não acabem ou se submetam novamente em condições de não autogestão.

Em 2005 começa uma das maiores contribuições da Senaes para o desenvolvimento e o reconhecimento, se dá início o mapeamento de empreendimentos em ESS (ou como é

denominado por Singer: empreendimentos em economia solidária ou EES). Através do Sies (Sistema de Informação da Economia Solidária), em 2007, foram listados 21.859 empreendimentos em 53% dos municípios brasileiros (SINGER, 2014).

Tal mapeamento deu origem ao Atlas da Economia Solidária, que realiza mapeamentos a cada 5 anos, tendo o seu último finalizado em 2013, na qual foram levantados um total de 19.708 empreendimentos. E possui uma ampla base de dados com grande variedade de categorias (área de atuação, se houve investimento no último ano, número de funcionários por sexo, etc.) compiladas num sistema bem funcional e acessível (na internet), possuindo até visualizações gráficas e de mapas.

Durante a primeira gestão de Dilma Rousseff (2011 – 2014) a Senaes tomou um novo objetivo, a de se sincronizar com as diretrizes de outro programa do Governo Federal, o Programa Brasil Sem Miséria (PBSM), o objetivo era a promoção da inclusão produtiva da população de baixa renda que dependia do Bolsa Família. A Senaes então entra na era do endodesenvolvimento, principalmente de comunidades situadas na extrema pobreza.

O endodesenvolvimento visa o desenvolvimento em sincronia com a comunidade, produzindo benefícios para ela mesma, com a finalidade de abranger toda uma camada da população e não apenas partes delas, assim segundo Singer, a Senaes abordou as comunidades a fim de não dar apenas apoio financeiros, mas também praticar a economia solidária e a formação de redes, e portanto aprender e difundir conhecimento entre as diferentes experiências de comunidade. Fica evidente como esse conceito de endodesenvolvimento choca com as TSs, principalmente quando resgatamos a definição apresentada no tópico 2.1.

O PBSM também via a Senaes como uma importante promotora de atividades em economia solidárias e o mais importante, a viabilidade econômica dos empreendimentos, principalmente através das redes que, além da troca de experiências, realizava a comercialização, promoviam a ideia de finanças solidárias e o acesso ao crédito para que os empreendimentos pudessem se expandir e, também, formando todo um movimento de bancos comunitários e fundos solidários.

Ao se observar toda essa história cheia de conquistas, o constante interesse do Governo Federal e o alinhamento dos programas e políticas públicas com a ESS, nos faz pensar que a Senaes ainda é uma secretaria importante, o que não é verdade. Recentemente

a Senaes perdeu muita força, em todos os aspectos, a começar com a saída de Singer do posto de Secretário Nacional de Economia Solidária.

A saída de Singer foi apenas o começo de uma tragédia, em 2015, o país vivia momentos turbulentos instaurados através da crise política e econômica, e após o impeachment de Dilma, a agenda da Economia Solidária pareceu sair dos planos de governo, tanto é que o novo secretário interino foi extremamente mal recebido, sendo essa insatisfação representada pelo FBES³:

Como Silva (2018) mostra, os PPAs desde a criação da Senaes até o PPA de 2011-2015, a Senaes possuía uma dotação orçamentária, e entre 2004 e 2011, o nível de realização dessa dotação chegava a 38%, atingindo valores líquidos acima dos 30 milhões de reais. Entretanto entre 2011 a 2015, a realização do mesmo ficou na média de 22% e com valores inferiores aos 30 milhões. E o dado mais agravante é que a partir de 2016 (PPA 2016-2019) a Senaes deixa de ter uma dotação e os valores estimados para 2018 serão os menores em toda a história da Senaes.

A Senaes sucumbiu ao esquecimento por parte do Governo Federal, fica difícil definir uma data exata da “extinção” da Senaes, ou qualquer comunicado do governo, mas o fato é que a Senaes deixou de ser uma Secretaria ativa diretamente ligada ao MTE, e passou a ser uma subsecretaria escondida do MTE, e a melhor exemplificação disso é a realocação da página no site do MTE, agora (dia 26/09/2018) o que sobra é uma página fantasmagórica, em branco, somente com o título “Subsecretaria de Economia Solidária”, na qual não oferece nenhuma informação.

Além disso a Economia Solidária brasileira como campo de estudo, atuação e a Senaes perdeu o seu principal pensador, Paul Singer, que veio a falecer no dia 16 de abril de 2017.

Concluindo, na questão governamental, os apoios aos empreendimentos em ESS estão um tanto quanto abalados, mesmo com tantos avanços e potencialidades desenvolvidos no período 2004-2015, infelizmente, o atual governo (a partir de 2016, evitando colocar juízo de valor) parece não incluir tanto a Senaes como a ESS em seus planos, o que prejudica a capacidade da mesma de executar com a mesma eficiência suas ações.

³ Ver “Nota de Repúdio” pela FBES, disponível em: < <http://fbes.org.br/2016/06/15/nota-de-repudio-diante-da-indicacao-de-secretario-interino-nacional-de-economia-solidaria/> > acessado em: 19/10/2018 às 22:00

2.2.2 Fundação Banco do Brasil

A Fundação Banco do Brasil (FBB) foi aprovada e fundada em 1985 através da Assembleia Extraordinária dos Acionistas, o principal objetivo é de solucionar problemas de cunho social, em 1986 teve seu primeiro aporte financeiro. A fundação possui um histórico cheio de conquistas em suas ações sociais, e em 32 anos, ela se tornou umas das maiores instituições ligadas à inclusão social.

A publicação do Relatório de Atividades de 2017 (FBB, 2017b), oferece uma ampla dimensão da FBB, como informações, histórico, recursos, formas de atuação e as metas atuais e futuras, tal como os resultados.

Durante a trajetória da instituição é perceptível a atuação na inclusão social, e o constante incremento nas vias para se alcançar o mesmo. Inicialmente, em seus primeiros 15 anos (1985 – 2000), principalmente a partir de 97, a linha principal de atuação foi a educação, com projetos destinados tanto aos jovens quanto aos adultos, mas sem descartar outras ações sociais voltadas para a inclusão socioprodutiva.

Posteriormente, a FBB desenvolve seus conceitos sobre as TSs e cria o Prêmio Fundação Banco Brasil, visando premiar soluções inovadoras para a solução de problemas sociais, e, através desse incentivo é fomentado o cadastro dos concorrentes aos prêmios, assim nasce o Banco de Tecnologias Sociais com o intuito de dar visibilidade às soluções inovadoras, mas também servir de fonte para a reaplicação das TSs. Esse tópico será melhor explorado mais adiante.

Em 2003, o Programa Fome Zero e a atenção do então Governo Lula (2003 – 2010) quanto às questões sociais e as alternativas como a ESS, a FBB se sincroniza com o Governo Federal e passa a dar foco nos âmbitos da educação e da geração de renda, trabalhando em conjunto com as TSs e sua reaplicação.

A partir de 2010, fazendo parte do plano estratégico trienal, a ênfase se torna as questões ambientais, mas mantendo a ideia central de educação e geração de renda, o destaque desse foco se deu na conferência Rio+20, onde a FBB participou ativamente. Já em 2013, outro plano trienal incrementou a ênfase na inclusão socioprodutiva, trabalhando no meio urbano e rural, em questões ligadas à água, ao agroecologia, resíduos sólidos, à educação.

Em 2017 a fundação realizou uma revisão dos seus conceitos, e após a elaboração de uma estratégia para os futuros 30 anos, foram definidas duas grandes áreas de foco em ações: a educação e o meio ambiente. A “Visão de Futuro” da FBB gira em torno da seguinte frase: “Ser a principal protagonista da transformação socioambiental do Brasil” (FBB, 2017b, p.12).

Os objetivos da FBB se alinham com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), na qual atuam 17 parâmetros para que se possa construir um futuro melhor, os ODS foram desenvolvidos pelas Nações Unidas (ONU) e adicionados à Agenda 2030, na qual coloca como foco para o desenvolvimento o cumprimento dessas 17 metas.

A Fundação Banco do Brasil possui diversos parceiros, entre eles as instituições do aglomerado BB (Banco do Brasil), empresas privadas como a Cisco, diversos órgãos governamentais como o BNDES, a Senaes (através do MTE), organizações do terceiro setor como IPTI (Instituto Parque Tecnológico de Itaipu), e também apoio de organizações internacionais como o Banco Mundial e a ONU.

A FBB faz investimentos sociais através do conglomerado BB e o, próprio Banco do Brasil, em 2017, o investimento social feito com recursos próprios (da rede BB) atingiram a ordem de 126,6 milhões de reais. Os recursos financeiros não são apenas da rede BB, a FBB também opera recursos de seus parceiros, os chamados recursos de terceiros, em 2017, foram 16,2 milhões, sendo 14,4 milhões originários do BNDES.

O investimento social total em 2017 foi de 142,8 milhões de reais, sendo 100,8 milhões são investimento social direto, ou seja, aqueles investimentos direcionados diretamente aos projetos e ações da Fundação, na divisão por áreas, Educação recebeu 25,5 milhões; Água (recursos hídricos) recebeu 31,1 milhões; Agroecologia 16,9 milhões; Resíduos Sólidos 4,8 milhões; Tecnologias Sociais 4,1 milhões; Agroindústria 3,5 milhões e as Demais Iniciativas ficaram com 14,9 milhões. Em 2017 foram 470 novos projetos em 452 municípios alcançando 157 mil pessoas.

As ações não são apenas feitas através do repasses financeiros para as ações, a FBB possui toda uma abordagem estratégica visando dar suporte às suas ações, pelo apoio e monitoramento das atividades desenvolvidas, em 2017 foram realizados 107 monitoramentos, sendo 84 à distância, e 178 processos de avaliação.

A integração interna é de extrema importante com grupos trabalhando na governança (diretorias da FBB) intermediada pela área de assessoramento que liga às áreas de operação (diretamente ligadas às ações e projetos), e de apoio (que dão suporte às ações). Dessa forma são formados principalmente pela diretoria Conselhos para que se discuta e delibere mudanças nos projetos, realizem a fiscalização dos objetivos e resultados, tal como o cumprimento de responsabilidades.

Então há uma ligação com o exterior da FBB, buscando aproximar a sociedade civil das causas e da própria instituição, se utilizando da comunicação, como o próprio Relatório, e através das mídias tradicionais e sociais, e em 2017, como a própria FBB: “[...] tivemos 2.115 matérias veiculadas de forma espontânea, sendo 2.091 no Brasil e 24 no exterior. Dessas, 99,9% foram positivas [...]”, portanto demonstrando a conectividade e a divulgação para a sociedade.

Quanto às parcerias externas, a FBB tem um foco em receber e utilizar investimentos e recursos das próprias instituições pertencentes ao grupo BB, ela também recebe aportes do Setor Público, entretanto com a redução recente dos aportes da esfera pública, a FBB em 2017 buscou uma aproximação de instituições internacionais e o investimento social privado alinhados com desenvolvimento socioambiental, um movimento que é dito como uma estratégia para a diversificação as fontes de recursos.

2.3.1 Banco de Tecnologias Sociais (BTS)

O Banco de Tecnologias Sociais (BTS) desempenha um papel fundamental quanto o reconhecimento e disseminação de TSs, como foi mostrado, em 2001 a FBB começou a dar atenção às TSs, e através das inscrições do Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social começou a se formar um banco de dados que agrega as informações das iniciativas em TSs.

O Prêmio FBB é utilizado como instrumento para certificar e premiar as TSs, realizadas a cada 2 anos, teve sua primeira edição foi em 2001 e em 2017 a sua mais recente, totalizando 9 edições, desde então foram 7020 inscrições (FBB), concedidos 988 certificações (contagem própria), das quais, 104 foram finalistas e 58 vencedoras da premiação. O Prêmio já distribuiu cerca de 4,1 milhões de reais em premiações, o que é praticamente o orçamento da FBB quando se diz respeito a questão das TSs.

As inscrições são destinadas para instituições legais sem fins lucrativos, e que possuam uma Tecnologia Social já implementada que se disponha a solucionar problemas nas áreas relativas a alimentação, educação, energia, habitação, meio ambiente, recursos hídricos, renda e saúde.

Depois é feito uma triagem para seleção das TSs que serão certificadas, para isso é preciso seguir os critérios do Regulamento do Prêmio (FBB, 2017a), que incluem obrigações quanto ao tempo (em 2017 era preciso estar em atividade há, pelo menos, 2 anos), possuir relatórios de resultados para avaliação, descrever a interação com a comunidade tal como sua dinâmica de desenvolvimento e aplicação e/ou reaplicação. Todas as TSs certificadas são expostas no BTS e concorrem ao Prêmio.

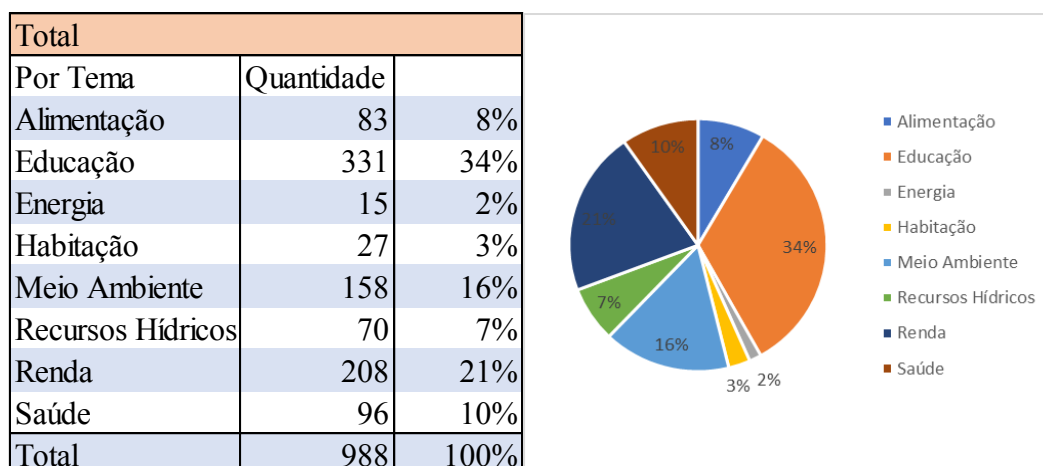
A seleção para as finalistas, é realizado através de uma pontuação, que inclui análise de resultados da aplicação, como nível de interação com a comunidade, efetividade, inovação social, etc. Quanto a quantidade, em 2017, foram 3 finalistas nas 6 áreas premiadas (Agroecologia; Água e Meio Ambiente; Cidades Sustentáveis e/ou Inovação Digital, Economia Solidária; Educação; Saúde e Bem-Estar; Internacional) por quantidade de pontos.

2.3.2 Um primeiro contato

A primeira abordagem se tentou realizar com todas as entradas (Tecnologias Sociais nas categorias de “Certificadas”, “Finalistas” e “Vencedoras”), entretanto houve um impeditivo quanto ao acesso a esses dados, pois o site⁴ não permite o avanço a partir da página de número “5”.

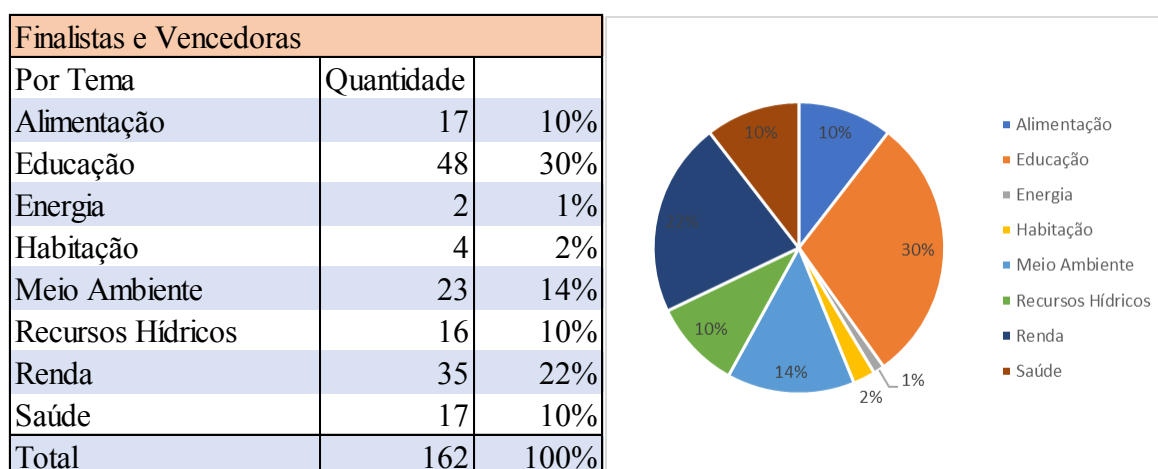
Portanto foi realizado um levantamento a partir de cada um dos temas através do filtro: “Pesquisa Avançada” (Alimentação; Educação; Energia; Habitação; Meio Ambiente; Recursos Hídricos; Renda; Saúde). A contagem foi feita por página, de forma que cada página possui uma capacidade total de 50 itens, são contados o total de páginas -1 e multiplicados por 50, depois foram contados os itens da última página de cada tema, e os totais somados.

⁴ Site da pesquisa de todas as TSs no BTS: <<http://tecnologiasocial.fbb.org.br/tecnologiasocial/banco-de-tecnologias-sociais/pesquisar-tecnologias/pesquisar-tecnologias.htm>> acessado em: 26/09/18 às 18:30

Gráfico 1. Distribuição total dos temas principais

Fonte: BTS (elaboração própria)

Após averiguar a grande quantidade TSs listadas na FBB, foi concluído que seria uma tarefa muito longa e dado as limitações temporais e de recursos, este trabalho se aprofundou nas TSs classificadas como “Finalistas” e “Vencedoras”. A divisão por temas é a seguinte nas categorias de “Finalistas” e de “Vencedoras”.

Gráfico 2. Distribuição dos temas principais entre as Finalistas e Vencedoras

Fonte: BTS (elaboração própria)

A relação entre o total das TSs presentes na BTS e as Finalistas e Vencedoras é de 16,4%. Observando superficialmente é possível notar uma semelhança quanto a concentração de TSs em cada tema, e os temas com maior representatividade são Educação e Renda representando 55% do total de todas as TSs certificadas no BTS e 51% das Finalistas e das Vencedoras.

Então, é possível notar que há uma grande quantidade de tecnologias listadas no BTS, e mesmo assim, a quantidade de tecnologias reconhecidas pelo prêmio como Finalistas e

Vencedoras demonstram uma amostragem que segue proporções semelhantes, apresentando uma variedade e quantidade significativa. As 162 tecnologias classificadas entre Finalistas e Vencedoras serão analisadas mais profundamente no próximo capítulo.

3. O Banco de Tecnologias Sociais: Um olhar aprofundado

A principal proposta deste capítulo é abordar com mais detalhes as próprias TSs por meio dos dados do BTS, através da realização de uma análise mais aprofundada das tendências e os cenários presentes. É importante ressaltar que muitas informações são desconhecidas por muitos estudiosos do assunto, assim a discussão a fundo das características das TSs se torna muito importante para seu entendimento.

As TSs que aqui serão aprofundadas são aquelas categorizadas como Finalistas e Vencedoras, totalizando 162 de um total de 988 TSs listadas no site do BTS. O processo partiu da construção de uma espécie de listagem e de recortes a partir das informações contidas no BTS, já que as mesmas não seguem estritamente um modelo.

É importante destacar o processo de certificação das TSs: esse processo é feito a partir das inscrições das TSs para participarem do prêmio, elas devem atender uma quantidade certa de critérios, podem ou não ter relação direta com a FBB, e as instituições (ou entidades) responsáveis podem pertencer a qualquer área (governo ou ONGs) desde que sejam sem fins lucrativos, e são essas instituições devem se comprometer em atualizar sua TSs e seus respectivos cadastros no BTS.

Quanto aos critérios para certificação e, posteriormente, a classificação no Prêmio podem ser entendidos em: as TSs para serem certificadas devem estar em atividade há pelo menos dois anos até a data da premiação, ter aplicações e resultados, ter uma descrição a fim de se facilitar a reaplicação, ter interações com a comunidade em seu desenvolvimento e respeitar os princípios da FBB: protagonismo social, respeito cultural, cuidado ambiental, solidariedade econômica.

3.1 Aprofundando nas características das TSs presentes no BTS

A partir daqui, serão apresentadas e analisadas as características presentes nas TSs listadas, tais características foram importantes para se fazer a análise das TSs, com a finalidade de se identificar semelhanças ou padrões que auxiliassem na coleta, agrupamento e análise dos dados do BTS sobre as TSs.

Durante a coleta foram identificados certos padrões que muitas – ou todas – TSs analisadas possuem, como questões relativas ao tema, isto é, o objetivo central da tecnologia, além do tema do BTS, existe também a citação dos ODS. Outros fatores identificados são: a

quantidade de aplicações, os estados afetados, uma tentativa de classificar a abrangência das TSs e o perfil das instituições/entidades responsáveis pelas TSs.

3.1.1 Temas e objetivos das TSs

Essa categoria, é uma das mais sistematizadas no BTS, uma vez que todas as TSs listadas precisam abordar pelo menos um tema (o tema principal), dessa forma há um certo padrão na divisão das TSs, além disso há também há um respaldo mais formal dos ODS da Agenda 2030 da ONU, e, mesmo que opcional, os ODS frequentemente aparecem em boa parte da amostra.

3.1.1.1 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Presentes na maioria das TSs aqui estudadas, os ODS servem de complemento não obrigatório para a descrição e sistematização dos objetivos a serem alcançados pelo projeto, ou seja, um complemento para além do próprio tema, o que ajuda a entender qual a base atuação da TSs e seus objetivos.

A FBB se alinha a Agenda 2030 da ONU, participando na contribuição para a execução dos ODS, não apenas através das TSs, mas sim por todo o aspecto dos investimentos sociais promovidos por ela.

No total, são 17 ODS alinhados com a Agenda 2030. A Agenda 2030 foi o resultado de uma reunião com 193 Estados-membro da ONU em 2015, assim foram definidas metas para a erradicação da pobreza, proteger o planeta e garantir a paz e a prosperidade das pessoas, baseadas nos ODM e na reunião da Rio+20.

Os ODS fazem parte de um plano ousado e que visa atingir todo o planeta, portanto a ideia não é afetar apenas governos, mas também para as empresas, academia e os indivíduos (AGENDA 2030, 2018).

A origem dos ODS parte de outra organização de objetivos orientados ao desenvolvimento sustentável, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) que foram implementados e adotados pelos países membros da ONU no final dos anos 90 e início dos 2000. Nele se previa inicialmente 8 temas: 1. Erradicar a extrema pobreza e a fome; 2. Atingir o ensino básico universal; 3. Promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres; 4. Reduzir a mortalidade infantil; 5. Melhorar a saúde materna; 6. Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; 7. Garantir a sustentabilidade ambiental; 8. Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Os ODS que foram desenvolvidos e que estão presentes na Agenda 203 são:

Figura 2. Os 17 ODS



Fonte: Agenda 2030

Cada um deles possuem um compilado de metas a serem atendidas até 2030, o método de aplicação vai além de um acordo entre governos, ele prevê os 17 ODS, que contém um total de 169 metas para serem atingidas, visando o desenvolvimento sustentável. É possível acessar cada um dos objetivos e suas metas pelo site da Agenda 2030⁵.

As TSs que citam um ou mais ODS devem estar de acordo, e buscar atingir alguma das metas do ODS citado, por exemplo, o ODS nº4, “Educação de Qualidade”, da qual das metas é: “Até 2030, garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontos para o ensino primário” (AGENDA 2030, 2018), ou seja, as TSs se propõe a solucionar e preparar crianças para o primário.

3.1.1.2 Temas do próprio BTS

Como os ODS já foram abordados, agora fica mais fácil identificar e classificar os temas presentes nas TSs, vale lembrar que mais recentemente muitas das TSs foram atualizadas e passaram a incluir o(s) ODS, já que os mesmos foram desenvolvidos e apresentados em 2015.

Os temas das TSs são divididos em 8, são eles: Alimentação; Educação; Energia; Habitação; Meio Ambiente; Recursos Hídricos; Renda e Saúde. As TSs devem citar 1 ou 2 temas, de forma que eles sejam os que melhores se enquadram aos objetivos e resultados da ação ou projeto.

⁵ Agenda 2030: disponível em: <<http://www.agenda2030.org.br/>> acesso em: 23/10/2018 às 15:36

As TSs podem ser classificadas em tema principal e secundário, sendo que, somente o tema principal é obrigatório, dessa forma uma TSs listada no BTS pode se enquadrar e ser inscrita em um ou dois temas distintos.

Não existe uma definição explícita para a classificação das TSs por temas, eles são dados às TSs pela própria entidade que inscrevem as TSs no Prêmio, e deve melhor refletir o objetivo central da TS, a forma de sua atuação, e, se possível, os resultados obtidos, entre as 8 categorias possíveis.

3.1.2 Questões geográficas: unidade federativa, implementação e abrangência

Um ponto interessante para entendermos as TSs é a parte da distribuição geográfica, partindo de onde as aplicações das TSs são feitas, qual sua concentração e distribuição pelo país. No BTS os 27 estados (unidades federativas) são representados, cada um com sua quantidade, entretanto entre as Finalistas e Vencedoras, apenas o estado de Roraima não é citado entre as TSs,

A implementação importa bastante quanto o quesito de reaplicação, importante premissa presente tanto Dagnino quanto na definição da FBB, entretanto é difícil avaliar a capacidade de reaplicação de uma tecnologia, por isso foi feito uma contagem das listas de aplicações que cada uma das TSs possuem. Foi evidenciado uma questão que pode afetar a amostra, as maiores listas (de 2 TSs) são de, exatamente, 100 aplicações, portanto não se sabe se é um limite do site, ou se isso é apenas uma coincidência.

Agora, uma questão abordada que não tem uma sistematização evidente, é a abrangência que também constitui parte importante para a discussão sobre as características que as TSs possuem, tal classificação partiu da interpretação própria dos dados disponíveis e o estabelecimento de categorias.

Quanto a “Abrangência” foram definidas 5 categorias (Local, Municipal, Estadual, Regional, Nacional) e mais uma ‘especial’ (Internacional). As categorias foram definidas avaliando as aplicações (quantidade, local), o objetivo (proposta, público a ser atingido) e resultados:

- 1) Local: significa que abrangência é delimitada dentro de uma área de um município, e/ou destinada à um grupo específico limitado por um município (TSs que se destine a uma reserva quilombola ou um bairro da cidade, por exemplo);

- 2) Municipal: significa que a limitação se dá para a integridade municipal, ou de mais de um município, mas sem a amplitude de atingir mais da metade da população ou do território da unidade federativa (uma que afete uma política municipal, por exemplo);
- 3) Estadual: significa que a limitação se dá para a unidade federativa, ou a maior parte dela, ou várias aplicações distribuídas numa região que se estende por estados próximos (uma região de cidades que pertencem a vários estados, mas são geograficamente próximas ou semelhantes);
- 4) Regional: significa que a atuação vai para além de um estado e se estende por uma região de estados, ou mais de um estado, e que se limite para uma área e/ou população semelhante à divisão comum, em 5 regiões, do país (estados do nordeste e norte, por exemplo).
- 5) Nacional: são as demais TSs que abrangem boa parte do país ou visam atingir, a totalidade das regiões, estados e municípios do país (uma nova metodologia de ensino que vise afetar o ensino brasileiro, por exemplo);
- 6) Internacional: ‘especial’, são as três TSs que formaram a categoria “Internacional” da nona edição (2017) do Prêmio FBB de Tecnologia Social, e representam aplicações/TSs feitas fora do país.

3.1.3 Das instituições: Universidade Pública, Governo ou ONG

Para entendermos a fonte das TSs, ou seja, quem são os agentes promotores das TSs, é interessante dividirmos em tipos de instituição, vale ressaltar que essas instituições são aquelas que inscreveram as TSs, isto é, as responsáveis pelas mesmas, sendo que uma TS pode envolver várias instituições, mas somente uma é responsável.

A classificação também foi própria, já que o BTS não fornece uma categorização própria, foram feitas somente três categorias devido à restrição quanto ao tipo de instituição que pode ser responsável por uma TS e inscrevê-la para o Prêmio, a instituição em questão precisa ser sem fins lucrativos.

As categorias Universidade Pública, Governo e ONG refletem o perfil da instituição, utilizando de informações disponibilizadas pela internet, dentro da própria descrição da TS.

A “Universidade Pública” se entende por instituições que possuem alguma ligação com o ensino, pesquisa e extensão da rede de ensino superior pública, sendo ela representada pelo próprio nome da faculdade ou universidade, ou algum órgão ligado diretamente.

Já a área “Governamental” se entende por instituições representadas pelo governo (prefeitura por exemplo) de qualquer uma das três esferas federativas. Uma observação importante é que instituições de pesquisa pública sem ligações diretas com alguma universidade pública específica, como, por exemplo, a Embrapa.

As ONGs se entendem por organizações sem fins lucrativos que não estejam classificadas nas outras categorias, de uma forma que não estão representadas ou representam qualquer órgão público do governo ou de ensino.

Por questões de transparência, as categorias não são intransigentes, isto é, a categorização representa unicamente a instituição responsável pela inscrição da TSs no BTS, assim as TSs podem ser fomentadas por qualquer outro tipo de instituição, e por mais de uma instituição.

3.2 Dados e observações

Dadas as devidas notas para a interpretação dos dados, é possível apresentar recortes específicos que ajudem a identificar o panorama das TSs aqui abordadas, o quadro completo das 162 TSs está disponível em anexo no final deste trabalho.

Como mencionado anteriormente, as TSs podem ser classificadas entre dois temas do BTS (o principal e o secundário), como o principal é obrigatório, todas as 162 TSs possuem pelo menos um deles. A distribuição entre temas principais (temas 1) é a seguinte:

Quadro 1. Distribuição de todos os temas principais

Total de temas 1	
Por Tema	Quantidade
Alimentação	17
Educação	48
Energia	2
Habitação	4
Meio Ambiente	23
Recursos Hídricos	16
Renda	35
Saúde	17
Total	162

Fonte: BTS (autoria própria)

Aprofundando nas divisões, é importante demonstrar separadamente as TSs que possuem apenas o tema principal, ou seja, somente 1 tema em sua classificação.

Quadro 2. TSs com somente o tema principal:

Só 1 tema		
Alimentação	3	5%
Educação	34	55%
Energia	0	0%
Habitação	3	5%
Meio Ambiente	4	6%
Recursos Hídricos	4	6%
Renda	9	15%
Saúde	5	8%
total	62	

Fonte: BTS (autoria própria)

Portanto a parcela que cita apenas o tema principal é de 38% das 162 analisadas, um ponto interessante, é que a maioria dessas TSs são representadas pela categoria de educação, representando 55% das 62 que citam apenas um tema, e 71% de todas as TSs que possuem seu tema principal como educação.

Agora as que citam dois temas totalizam 100 TSs (62% do total), para se fazer uma observação do cruzamento dos dois temas que uma TSs pode ter, foi elaborada o seguinte quadro:

Quadro 3. Cruzamento dos dois temas do BTS.

		Tema 2								
		Alimentação	Educação	Energia	Habitação	Meio Ambien	Recursos H	Renda	Saúde	
Tema 1	Alimentação	0	3	0	0	3	2	5	1	14
	Educação	0	0	0	0	1	0	9	4	14
	Energia	0	0	0	0	2	0	0	0	2
	Habitação	0	0	0	0	0	0	1	0	1
	Meio Ambiente	2	4	0	0	0	1	12	0	19
	Recursos Hídricos	3	1	1	0	6	0	0	1	12
	Renda	5	7	0	0	13	0	0	1	26
	Saúde	2	7	0	0	1	0	2	0	12
		12	22	1	0	26	3	29	7	100\100

Fonte: BTS (autoria própria)

No quadro acima, é possível analisar quais são as combinações de dois temas, sendo que as linhas representam o tema principal (“Tema 1”) e as colunas o tema secundário (“Tema 2”), os totais são representados pela coluna mais à direita e a linha inferior.

As tendências mudam quando comparados com as que citam apenas um tema, dessa vez o tema “Educação” continua relativamente bem representado nos dois temas, entretanto o destaque vai para os temas de “Renda” e o de “Meio Ambiente”, levantados pela

“dobradinha” de ambos, também é nítida como o tema sobre “Recursos Hídricos” como tema principal ganha representação.

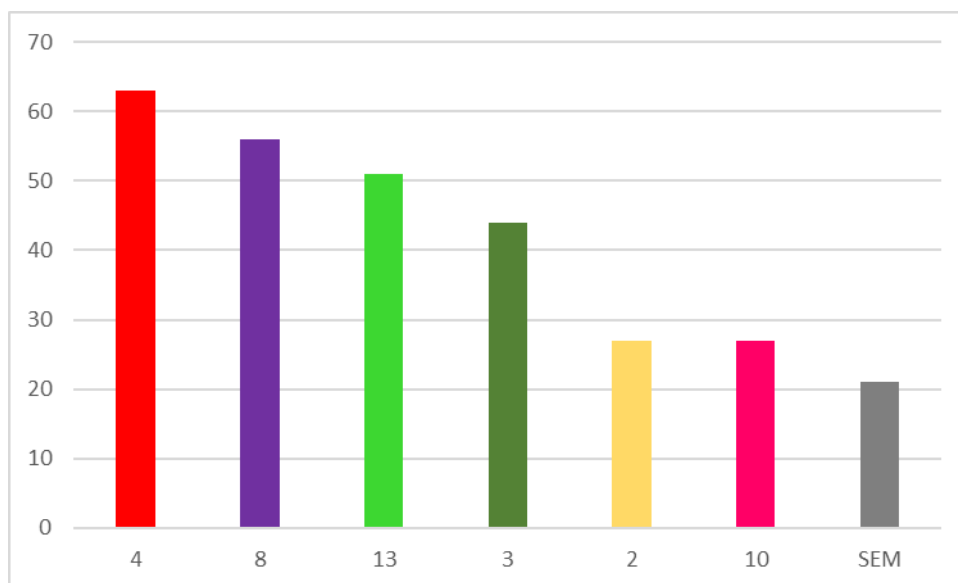
A principal observação que se pode levantar ao analisar os dois cenários é possível notar como o tema de Educação se auto sustenta, de uma forma a não precisar abranger outra temática, entretanto, os temas de Alimentação, Meio Ambiente, Renda e Recursos Hídricos, foram presentes mais fortemente entre as TSs que possuem dois temas.

Agora quanto aos ODS, os temas ficam coerentes com os ODS mostrando, assim, uma certa sincronia entre as temáticas do BTS e as metas dos ODS, e os três ODS mais citados estão estritamente ligadas aos temas mais recorrentes.

Os ODS que mais aparecem são 4 (educação de qualidade), 8 (trabalho decente e crescimento econômico) e 13 (ação contra a mudança global do clima), e são ODS que se ligam aos três temas mais recorrentes, seguindo até mesmo a mesma ordem, Educação, Renda e Meio Ambiente.

O gráfico mostra os 6 ODS mais recorrentes (tentativa de reprodução por cor a fim de facilitar a visualização). Os ODS foram citados pelo menos 375 vezes em 141 TSs, as que não possuem, ou não incluíram os ODS em sua descrição são 21. Vale lembrar que os ODS foram implementados em 2015, e sua inclusão pelas TSs é facultativa, e, mesmo assim, eles estão presentes na maioria das TSs.

Gráfico 3. ODS mais citados entre as TSs



Fonte: BTS (autoria própria)

O Gráfico 3 reflete bem as características mais gerais das 162 TSs, com uma exceção, o tema 10 (redução das desigualdades) que partilha bastante de temáticas com a renda, como diminuir os distanciamento das rendas dos mais pobres em relação à média, mas está na frente, por exemplo da 1 (“Erradicação da Pobreza”), que teve apenas 8 citações, e é uma dos ODS com relação mais explícita com a capacidade de geração de renda.

Portanto, ao se observar as temáticas alinhadas com os objetivos da TSs é possível perceber coerência tanto na classificação do BTS quanto ao número de vezes que os ODS são atendidos. Todos os 17 ODS foram citados pelo menos uma vez, mostrando a diversidade e amplitude do comprometimento das TSs.

Sobre as questões geográficas, as TSs analisadas possuem um total de 1145 aplicações, assim, foram 26 estados que receberam pelo menos uma TSs, Roraima foi o único estado que não foi citado entre as 162 TSs, existem 6 TSs não tinham aplicações explicitamente listadas, dessa forma, não citaram nenhum estado e 3 TSs classificadas como “Internacionais”, que são as três participantes da categoria homônima do Prêmio em 2017.

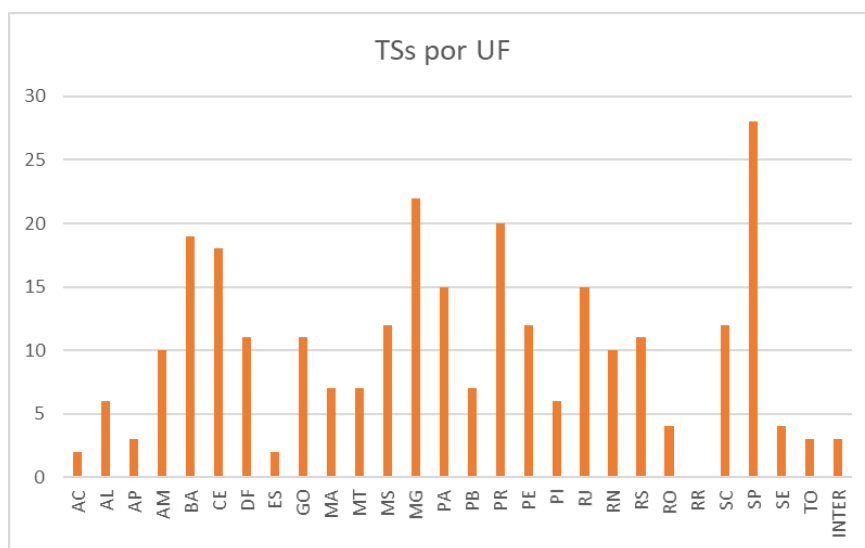
Os destaques na região Sudeste foram São Paulo (28 TSs) e Minas Gerais (22 TSs); no Nordeste foram Bahia (19 TSs) e Ceará (18 TSs); no Sul foram Paraná (20 TSs) e Santa Catarina (12 TSs); no Norte foram Pará (15 TSs) e Amazonas (10 TSs); no Centro-Oeste foram Mato Grosso do sul (12 TSs) e Distrito Federal (11 TSs). A divisão por região e por estado é a seguinte:

Quadro 4. Distribuição das TSs por região

Região	TSs
Norte	37
Nordeste	89
Centro-Oeste	41
Sudeste	67
Sul	43

Fonte: BTS (autoria própria)

Dessa forma a distribuição se espalha por quase todo o território, e as regiões com a maior quantidade de TSs são as esperadas, o Nordeste devido suas vulnerabilidades e demandas principalmente sociais, e o Sudeste devido a sua concentração populacional. De certa forma todas as regiões do país são atendidas pelas TSs o que demonstra uma característica de pluralidade geográfica e alta difusão.

Gráfico 4. TSs por Unidade Federativa

Fonte: BTS (autoria própria)

Um estado que obteve um desempenho relativamente baixo foi o Rio de Janeiro, já que é um estado que possui uma grande população e, infelizmente, uma quantidade significativa de vulnerabilidades, das quais muitas das TSs visam solucionar.

As 1145 aplicações possuem abrangência distintas, a metodologia para classificar está explicada na seção 3.1.2 deste capítulo, a divisão foi feita através de uma sistematização própria, o quadro a seguir demonstra a abrangência e as quantidades de TSs e de aplicações.

Quadro 5. Abrangência das TSs por número de TSs e quantidade de aplicações

Total Abrangência	Qtde	Qtde por aplic
Local	56	69
Municipal	35	109
Estadual	34	504
Regional	14	101
Nacional	14	359
Internacional	3	3
Total	156	1145

Fonte: Autoria própria

É possível notar que a maioria das TSs (segunda coluna) estão concentradas na esfera local de atuação, e ao mesmo tempo, é a que tem a menor quantidade de aplicações, pode se dizer que isso ocorra pela natureza das TSs, geralmente focadas e direcionadas para uma especificidade de uma comunidade. Em contrapartida a esfera estadual é a que mais recebeu aplicações, e um número considerável de TSs.

Das 162 TSs, 156 tinham aplicações documentadas, dessa forma 6 TSs não possuem aplicação definida, isso se dá por alguns fatores específicos: a natureza da TS que pode ser um projeto em implementação sem local e/ou data delimitados, problemas técnicos quanto à certificação e listagem no site, ou então ser uma TSs tem aplicações mas sem descrição de local.

A distribuição relativa à abrangência parece mostrar que TSs mais abrangentes tem claramente mais aplicações, entretanto, a maior parte das TSs ainda se situam numa esfera local, contribuindo para uma maior diversidade de acordo com as localidades de sua implementação.

Quanto ao perfil das instituições, a divisão foi feita por quantidade de TSs, a distribuição entre as três categorias (Universidade Pública, Governamental e ONG) ficou a seguinte:

Quadro 6. Distribuição por tipo de instituição

Instituição	TSs	
Universidade Pública	14	9%
ONG	126	78%
Governamental	22	14%

Fonte: BTS (autoria própria)

Assim, instituições públicas representam apenas 23% das 162 TSs, lembrando que essa classificação só diz respeito às instituições responsáveis pela TSs, já as ONGs representam 78%, um dos fatores que colaboram para esse número elevado é amplitude da classificação em si, englobando desde atividades de empresas privadas (através de fundações e instituições) até ações da sociedade civil.

O protagonismo da Universidade Pública se demonstrou importante, já que essa classificação foi a mais delimitada (se limitando as universidades federais e estaduais, institutos federais, e órgãos diretamente ligados aos mesmos) e, mesmo assim, se mostrou representando um bom número de TSs (14), mostrando um potencial dos centros de pesquisa em gerar TSs.

3.2.1 Conclusões dos dados

As TSs abordam os mais diferentes temas, colocando em pauta temas de extrema importância na atualidade, principalmente questões relacionadas a educação para todos, promoção e valorização da renda, alimentação e segurança alimentar, e, como foi levantado,

a cumplicidade desses temas às questões ambientais, assim, um desenvolvimento sustentável no âmbito social e ambiental.

A afirmação acima pode ser comprovada com a presença de todos os 17 ODS, e os de destaque (4; 8; 13; 3; 2; 10), assim mostrando um compartilhamento entre os objetivos das TSs – a maioria implementada antes dos ODS – com os próprios ODS.

A distribuição geográfica se mostrou, apesar de algumas surpresas, uma configuração esperada, de acordo com as necessidades regionais e características de cada um dos estados, com uma concentração no Nordeste e Sudeste, esperado devido as necessidades sociais e quantidade de habitantes.

As surpresas quanto à distribuição de TSs foi, a relativa, baixa presença no Rio de Janeiro, principalmente quando comparado com outros estados populosos e vizinhos como Minas Gerais e São Paulo, outra surpresa foi a ausência de Roraima.

Positivamente, uma das regiões mais necessitadas do Brasil que é o Nordeste foi amplamente representada, e em peso com 89 TSs, o que mostra a preocupação e sincronia com a realidade brasileira.

Quanto à abrangência das TSs, passível de interpretação, fica uma ideia de que existem grandes projetos com diversas aplicações, mas a concentração das TSs é mesmo em localidades, a fim de atender de forma focada as necessidades de um empreendimento, população específica ou área delimitada, e o que talvez evidencie que as TSs são desenvolvidas muito mais próximas da comunidade.

Foram apresentadas uma quantidade expressiva de aplicações, sendo mais de mil para apenas 162 TSs, significando um empenho das partes envolvidas e, até mesmo uma característica de reaplicação em diversas situações e locais, principalmente em projetos classificados como estaduais e nacionais.

Já no que se diz respeito às instituições responsáveis pelas TSs, a surpresa positiva foi a presença significativa da universidade pública e, também, o engajamento das ONGs.

Portanto, o que os dados apresentaram foi um cenário de diversidade e coerente com os princípios da FBB e do BTS. Também há uma certa sincronia entre as questões que hoje estão na pauta sobre o desenvolvimento sustentável, além de se mostrarem TSs com diversas aplicações (mais de mil, dentre 162 TSs) e se espalharem por todo o país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dessa monografia foi possível discorrer sobre os mais diferentes aspectos e abordagens da TS, permitindo uma melhor compreensão das dinâmicas da TS no Brasil.

A temática da TS se mostrou um universo em descobrimento, principalmente pelo fato de que seus estudos serem relativamente recentes e muitos não abordarem as características práticas da TS, dessa forma, o desenvolver desse trabalho possibilitou uma exploração de um tema recente, abrindo espaço para novas discussões.

Primeiramente foram abordadas questões mais teóricas, através do levantamento da discussão sobre as dificuldades de conceituação entre ESS, devido sua pluralidade de interpretações e da TS, por estar em um processo ainda de maturação.

Quanto ao que já foi desenvolvido no teor teórico-conceitual da TS, existem visões bem claras, como a de Dagnino (2014) que situa um processo e metodologia de criação e modelo de TS, entretanto tal visão não parece muito clara quanto a conexão com a realidade, evidenciando a necessidade de uma análise mais empírica.

Nos quesitos do fomento de TSs, o papel do setor público, mesmo que exaltado por Dagnino (2014), atualmente está debilitado, principalmente na questão de incentivos diretos às áreas da ESS e TS. No setor privado se observa um papel de destaque, principalmente com o objeto de estudo desse trabalho, o BTS, onde além de pertencer a uma Fundação (FBB), a maioria das TSs aqui estudadas foram categorizadas tendo ONGs como suas responsáveis.

Ao se aproximar mais da realidade, através da análise das aplicações de TS, mesmo com uma redução na quantidade de dados, de 988 para 162, foi possível explorar um pouco das TSs em si, dessa forma se observou a pluralidade na questão de distribuição geográfica e de temáticas abordadas, tal como o protagonismo das ONGs e a concentração de TSs com aplicações locais.

As divergências foram principalmente ao se confrontar as características mais gerais das TSs e o conceito desenvolvido no primeiro capítulo de TS, na qual se observou uma preocupação teórica muito grande quanto as questões de CT&I e na chamada Adaptação Sociotécnica (AST), enquanto que as TSs se mostraram muito mais diversas e abrangeram as mais diferentes temáticas e dinâmicas.

Uma das dificuldades das afirmações anteriores quanto à AST é que não existe uma forma de se avaliar tal processo e, também, é muito difícil analisar o nível de integração com CT&I, mesmo que haja engajamento significativo das universidades públicas (em 9% das TSs), principalmente quando se leva em conta as particularidades e a diversidade presente nas TSs do BTS.

Por isso as TSs e as aplicações aqui estudadas são mais diversas, ultrapassando um simples processo produtivo de ganho de eficiência e alinhado aos princípios da autogestão, assim as TSs parecem ser muito mais orientadas para pura solução duradoura de problemas socioambientais.

Os objetivos iniciais desse trabalho foram atingidos, pois foi possível abordar a TS como uma conceitualização; as formas de fomento de TS, sendo possível traçar características das principais instituições; também foi possível aprofundar – de forma que geraram resultados além dos esperados – nas próprias TSs, e os dados nos forneceram informações suficientes para se realizar uma análise rica em detalhes.

Assim este trabalho provou que a hipótese de que há certo desconhecimento acerca da TS e suas aplicações, pois percebeu-se um certo descompasso entre o chamado conceito de TS (desenvolvido no primeiro capítulo) e as próprias características das TSs (desenvolvidas no capítulo 3). Além disso, dado os resultados obtidos, se provou que uma discussão a cerca da esfera empírica tem grande potencial para o desenvolvimento sustentável através da TS.

Diante dos resultados foi possível observar que a TS é uma área extremamente ampla, e sua delimitação ainda está em construção. Entretanto, a TS, se mostrou muito importante para a discussão da promoção viável e inovadora do desenvolvimento sustentável, e, além disso, já existe um grande número de aplicações enquadradas na TS em execução no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BTS. **Tecnologia Social.** Disponível em: <<http://tecnologiasocial.fbb.org.br/tecnologiasocial/o-que-e/tecnologia-social/o-que-e-tecnologia-social.htm>> acesso em: 24/10/2018 às 16:42
- CRUZ, A. C. **A diferença da igualdade: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul.** (Tese de doutorado) Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 2006.
- DAGNINO, R. (org.) **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade,** Campinas: IG/UNICAMP, 2009.
- DAGNINO, R. **Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas,** Campina Grande: EDUEPB, 2014.
- FBES. **Nota de repúdio diante da indicação de Secretário Interino Nacional de Economia Solidária.** Disponível em: <<http://fbes.org.br/2016/06/15/nota-de-repudio-diante-da-indicacao-de-secretario-interino-nacional-de-economia-solidaria/>> acesso em: 26/09/2018 20:43
- FONTENEAU, B., et al **Economia Social e Solidária.** Turim: Centro Internacional de Formação da Organização Internacional do Trabalho 2014. Primeira edição, 2014.
- FRIEDMAN, M. **The Social Responsibility of Business Is to Increase Its Profits.** The Nova Iorque: New York Times Magazine, 1970.
- FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. Disponível em: <<https://fbb.org.br/pt-br/>> acessado em: 15/08/2018 às 19:00.
- FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Regulamento: Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social 9ª Edição.** Brasília: FBB, 2017a. Disponível em: <<https://www.fbb.org.br/images/Premio-2017/regulamento-bts-2017-pt.pdf>> acesso em 24/10/2018 às 23:15
- FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Relatório de Atividades 2017.** Brasília: FBB, 2017b. Disponível em: <https://fbb.org.br/Relatorio_de_Atividades/documentos/relatorio_de_atividades.pdf> acesso em: 26/09/2018 às 16:15

GIFE. **Investimento Social Privado**. Disponível em: < <https://gife.org.br/investimento-social-privado/>> acesso em: 20/10/2018 às 19:00

IPEA. **Perspectivas do desenvolvimento brasileiro**. Brasília: IPEA, 2010.

MCTIC. **Tecnologia Social**, disponível em: <http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/ciencia/politica_nacional/_social/Tecnologia_Social.html> acesso em: 29/08/2018 às 17:25

MORAIS, L. **As políticas públicas de economia solidária (ESOL): avanços e limites para a inserção sociolaboral dos grupos-problema**. (Tese de doutorado) Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 2013

MTE. **Subsecretaria de Economia Solidária**. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/dados-abertos-mtb/subsecretaria-de-economia-solidaria>> acesso em: 25/09/2018 às 21:52

ORELLANO, V. I. F.; QUIOTA, S. **Análise do retorno dos investimentos socioambientais das empresas brasileiras**. In: ERA. São Paulo, 2011, vol.51, n.5, p.471 – 484.

SILVA, S. **Crise de paradigma? A política nacional de economia solidária no PPA 2016-2019**. Brasília: IPEA, 2018.

PORTER, M.; KRAMER, M. **The competitive advantage of corporate philanthropy**. Harvard Business Review, 2002.

SEBRAE. **Tecnologia sociais: como negócios podem transformar comunidades**, Cuiabá: SEBRAE, 2017 disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ap/artigos/conheca-a-cartilha-de-tecnologias-sociais,2b2db319e3070610VgnVCM1000004c00210aRCRD>> acesso em: 28/08/2018 às 22:10

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. **Gasto Social do Governo Central de 2002 a 2015**. Brasília: STN, disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/stn-divulga-estudo-sobre-gasto-social-do-governo-central-2002-a-2015>> acesso em: 26/09/2018 às 14:15

SINGER, P. **Dez anos de Secretaria Nacional De Economia Solidária (SENAES)**. In: Mercado de trabalho: conjuntura e análise. Brasília: IPEA, vol.56, 2014, p. 89 – 93.

SINGER, P., **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002

SINGER, P., SOUZA, A. **A economia solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Editora Contexto, 2003

YUNUS, M. **Um mundo sem pobreza: A empresa social e o futuro do capitalismo**. São Paulo: Editora Ática, 2008

ANEXO 1

Listagem das TSs abordadas

Legenda: “Id” é o campo de controle usado como guia para a consulta das características da TS no Anexo 2;

“Nome” refere-se ao nome da TS registrado no BTS;

“Url” refere-se ao endereço de internet da TS, para acessá-la é necessário colocar o seguinte prefixo:

<<http://tecnologiasocial.fbb.org.br/tecnologiasocial/banco-de-tecnologias-sociais/pesquisar-tecnologias/>> e, após a barra, acrescentar o sufixo listado no campo “Url”.

Exemplo: <http://tecnologiasocial.fbb.org.br/tecnologiasocial/banco-de-tecnologias-sociais/pesquisar-tecnologias/a-celula-ao-alcance-da-mao.htm>

Id	Nome	Url
1	A Célula ao Alcance da Mão	a-celula-ao-alcance-da-mao.htm
2	A escola é cidade & a cidade é escola	detalhar-tecnologia-263.htm
3	A Importância do Planejamento para a Preservação dos Recursos Hídricos	detalhar-tecnologia-230.htm
4	A organização e pedagogia transformadoras da Escola Nacional Florestan Fernandes	detalhar-tecnologia-601.htm
5	Acolhida, Reinserção Familiar da Criança e Prevenção do Abandono	acolhida-reinsercao-familiar-da-crianca-e-prevencao-do-abandono.htm
6	Agroecologia Urbana e Segurança Alimentar	agroecologia-urbana-e-seguranca-alimentar.htm
7	Agroextrativismo, uma Alternativa Sustentável para a Agricultura Familiar	agroextrativismo-uma-alternativa-sustentavel-para-a-agricultura-familiar.htm
8	Água Sustentável: Gestão Doméstica de Recursos Hídricos	agua-sustentavel-gestao-domestica-de-recursos-hidricos.htm
9	Apicultura sustentável: gasificador ácido oxálico Brasil	detalhar-tecnologia-43.htm
10	Arte na Palha Crioula: Banco de Milhos Crioulos	detalhar-tecnologia-603.htm
11	Associação dos Catadores de Papel Papelão e Material Reaproveitável	detalhar-tecnologia-16.htm
12	Bairro Educador	detalhar-tecnologia-35.htm
13	Bambu Inclusão Sustentável	bambu-inclusao-sustentavel.htm
14	Banco Comunitário União Sampaio	detalhar-tecnologia-607.htm
15	Caminho de Volta: busca de crianças desaparecidas	caminho-de-volta-busca-de-criancas-desaparecidas.htm

Id	Nome	Url
16	Caprichando a Morada	caprichando-a-morada.htm
17	Centro Cirúrgico Móvel em Comunidades Indígenas	centro-cirurgico-movel-em-comunidades-indigenas.htm
18	Centro de Tecnologia Social para Promoção da Qualidade de Vida da Mulher	centro-de-tecnologia-social-para-promocao-da-qualidade-de-vida-da-mulher.htm
19	Ciclorrotas - Metodologia cidadã de planejamento cicloviário	detalhar-tecnologia-620.htm
20	Cisternas de Placas Pré-moldadas	cisternas-de-placas-pre-moldadas.htm
21	Coletivo Reciclagem	detalhar-tecnologia-378.htm
22	Comunicação Participativa Juvenil para o Desenvolvimento Comunitário	comunicacao-participativa-juvenil-para-o-desenvolvimento-comunitario.htm
23	Comunidade extrativista de jaborandi: biodiversidade e geração de renda	detalhar-tecnologia-37.htm
24	Conexão Cheiro Verde - Modelo de Comércio Justo e Solidário	conexao-cheiro-verde.htm
25	Contos de Iã	detalhar-tecnologia-242.htm
26	Crédito Agroecológico e Solidário	credito-agroecologico-e-solidario.htm
27	Criação de Peixes em Canais de Igarapés	criacao-de-peixes-em-canais-de-igarapes.htm
28	Criação e estruturação de Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA)	detalhar-tecnologia-628.htm
29	De Olho na Água	detalhar-tecnologia-629.htm
30	Educação para direitos e mediação popular de conflitos	educacao-para-direitos-e-mediacao-popular-de-conflitos.htm
31	Empório Solidário	emporio-solidario.htm
32	Ensino Médio com Intermediação Tecnológica: Inovação na Educação Básica da Bahia	detalhar-tecnologia-39.htm
33	Escola Comunitária de Comunicação	detalhar-tecnologia-641.htm
34	Escola Interativa	escola-interativa.htm
35	Escolas Sustentáveis (Escuelas Sostenibles a Nivel Municipal - EL SALVADOR)	escolas-sustentaveis-escuelas-sostenibles-a-nivel-municipal-el-salvador.htm
36	Estrada para a Cidadania	detalhar-tecnologia-9.htm
37	Estratégias de inclusão produtiva e sustentável de empreendimentos de catadores	detalhar-tecnologia-372.htm
38	Experiência dos Agricultores Familiares de Araponga/MG	experiencia-dos-agricultores-familiares-de-araponga-mg.htm
39	Farmácia da Partilha: doação e vida	farmacia-da-partilha-doacao-e-vida.htm
40	Farmácia Nativa	farmacia-nativa.htm
41	Fique de Olho, pode ser Câncer Infante-Juvenil	fique-de-olho-pode-ser-cancer-infante-juvenil.htm
42	Formação Continuada de Professores Trabalho com Língua, Arte e Cultura Terena	detalhar-tecnologia-374.htm
43	Formação de Jovens Empreendedores Rurais	formacao-de-jovens-empreendedores-rurais.htm
44	Formare	formare.htm
45	Fossas Sépticas Econômicas	fossas-septicas-economicas.htm
46	Fundo Rotativo Solidário no sertão baiano	detalhar-tecnologia-42.htm
47	Gente da Maré: Melhorando as Condições de Vida das Marisqueiras do Nordeste	detalhar-tecnologia-355.htm
48	Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros	detalhar-tecnologia-339.htm
49	Grupo nÔs: trabalho de preparação para a vida autônoma	detalhar-tecnologia-651.htm
50	Implantação de SAFs-Sistemas Agroflorestais para composição de Reserva Legal	implantacao-de-safs-sistemas-agroflorestais-para-composicao-de-reserva-legal.htm
51	Implantação de um Consórcio Intermunicipal para realização da Gestão Ambiental	implantacao-de-um-consorcio-intermunicipal-para-realizacao-da-gestao-ambiental.htm

Id	Nome	Url
52	Inclusão digital para juventude rural - De olho na terra	detalhar-tecnologia-240.htm
53	Investimento Social em Projetos que Ajudam Mulheres e Meninas	investimento-social-em-projetos-que-ajudam-mulheres-e-meninas.htm
54	LARIE Leitura e Associação de Rótulos, Imagens e Embalagens	larie-leitura-e-associacao-de-rotulos-imagens-e-embalagens.htm
55	Manejo de bacurizeiros nativos	detalhar-tecnologia-49.htm
56	Mesa Minas	mesa-minas.htm
57	Metodologia de Gestão de Empreendimentos Solidários por Meio de Indicadores	detalhar-tecnologia-258.htm
58	Metodologia Themis de Acesso à Justiça	metodologia-themis-de-acesso-a-justica.htm
59	Mobiliários Adaptados em PVC – Tubos e Conexões	mobiliarios-adaptados-em-pvc-tubos-e-conexoes.htm
60	Modelos de Acesso ao Crédito para o Terceiro Setor	modelos-de-acesso-ao-credito-para-o-terceiro-setor.htm
61	Mulheres Rurais: auto-organização, formação e articulação	detalhar-tecnologia-34.htm
62	Noosfêro: plataforma web livre para a criação de redes sociais autônomas	detalhar-tecnologia-676.htm
63	Oficina da Ciranda	oficina-da-ciranda.htm
64	Oficinas de Artesanato e Construção de Identidade	oficinas-de-artesanato-e-construcao-de-identidade.htm
65	Orçamento Participativo Jovem	orcamento-participativo-jovem.htm
66	Órteses e Adaptações em PVC Tubular e Materiais de Baixo Custo	ortes-es-e-adaptacoes-em-pvc-tubular-e-materiais-de-baixo-custo.htm
67	Pedagogia da Roda	pedagogia-da-roda.htm
68	Pingo D'água - Água para Beber e Produzir	pingo-d-agua-agua-para-beber-e-produzir.htm
69	Pirambu Digital	pirambu-digital.htm
70	Prática de Autogestão da Economia Solidária	detalhar-tecnologia-50.htm
71	Produção de Grãos em Propriedades Familiares de Assentados	detalhar-tecnologia-30.htm
72	Produção de polpa de Juçara: geração de renda, manejo sustentável e conservação	detalhar-tecnologia-362.htm
73	Programa de Educação para o Trabalho e Cidadania "De Olho no Futuro"	detalhar-tecnologia-237.htm
74	Programa Minha Horta (Programa Mi Huerta - ARGENTINA)	detalhar-tecnologia-742.htm
75	Programa Produtor de Água - Projeto Conservador das Águas	detalhar-tecnologia-19.htm
76	Programa Vale Cidadania - PVC – Desenvolvimento de Comunidades	detalhar-tecnologia-27.htm
77	Projeto Água é Vida: Recuperando Nascentes e Gerando Qualidade de Vida	projeto-agua-e-vida-recuperando-nascentes-e-gerando-qualidade-de-vida.htm
78	Projeto águas de valor e sabor do semiarido baiano	detalhar-tecnologia-727.htm
79	Projeto Cidadão Consciente	detalhar-tecnologia-53.htm
80	Projeto Jovem Empreendedor: Microcrédito Fazendo Ideias Renascerem Negócios	projeto-jovem-empreendedor-microcredito-fazendo-ideias-renascerem-negocios.htm
81	Prosa Rural – o programa de rádio da Embrapa	prosa-rural-o-programa-de-radio-da-embrapa.htm
82	Protagonismo Juvenil como Empoderamento Social	detalhar-tecnologia-48.htm
83	Radionovelas Educativas em Defesa do Direito da Criança e do Adolescente	radionovelas-educativas-em-defesa-do-direito-da-crianca-e-do-adolescente.htm
84	Rede Cearense de Turismo Comunitário (TUCUM)	rede-cearense-de-turismo-comunitario-tucum.htm
85	Rede de Comércio Justo e Solidário	detalhar-tecnologia-54.htm
86	Rede de Produtoras da Bahia	rede-de-produtoras-da-bahia.htm
87	Rede Industrial de Confecção Solidária	rede-industrial-de-confeccao-solidaria.htm

Id	Nome	Url
88	Rede Juvenil Chão de Sonhos	detalhar-tecnologia-55.htm
89	Redes de Produção Agroecológica e Solidária	redes-de-producao-agroecologica-e-solidaria.htm
90	Redes Locais Tecendo Saberes Agroecológicos	detalhar-tecnologia-29.htm
91	Reserva Natural Serra das Almas: Modelo Integrado de Conservação da Caatinga	reserva-natural-serra-das-almas-modelo-integrado-de-conservacao-da-caatinga.htm
92	Resultados Obtidos com a alteração do sistemas de Irrigação do Mandacaru, Ba.	detalhar-tecnologia-56.htm
93	Sistema de Reuso de Água de Lavagem de Roupa em Descargas Domésticas	sistema-de-reuso-de-agua-de-lavagem-de-roupa-em-descargas-domesticas.htm
94	Sistema Integrado de Inovação Tecnológica Social	detalhar-tecnologia-58.htm
95	Sombra e Água Viva	sombra-e-agua-viva.htm
96	Tampando Buraco: Recuperando Voçorocas	tampando-buraco-recuperando-vocorocas.htm
97	Tarumã Vida: do Carvão às Tecnologias Sociais	taruma-vida-do-carvao-as-tecnologias-sociais.htm
98	Teatro do Oprimido	detalhar-tecnologia-60.htm
99	TECNOLOGIA ASSISTIVA DE BAIXO CUSTO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	detalhar-tecnologia-678.htm
100	Tribos nas Trilhas da Cidadania	tribos-nas-trilhas-da-cidadania.htm
101	Trupe da Saúde	trupe-da-saude.htm
102	TV Janela	tv-janela.htm
103	ViraVida: Capacitação de Jovens em Situação de Risco de Exploração Sexual	viravida-capacitacao-de-jovens-em-situacao-de-risco-de-exploracao-sexual.htm
104	Viva Saúde – Entrevias	viva-saude-intervias.htm
105	Adolescentes Protagonistas	adolescentes-protagonistas.htm
106	Agroextrativismo Sustentável da Favela	agroextrativismo-sustentavel-da-favela.htm
107	Agrofloresta baseada na estrutura, dinâmica e biodiversidade florestal	detalhar-tecnologia-33.htm
108	Água Limpa - Desafio para o desenvolvimento consciente e sustentável	detalhar-tecnologia-232.htm
109	Água Viva: Mulheres e o Redesenho da Vida no Semiárido do Rio Grande Norte	detalhar-tecnologia-325.htm
110	Banco Comunitário Muiraquitã	banco-comunitario-muiraquita.htm
111	Bancos de Sementes Comunitários	bancos-de-sementes-comunitarios.htm
112	Barragem Subterrânea com Lonas Plásticas	barragem-subterranea-com-lonas-plasticas.htm
113	Cadeia produtiva do óleo de amêndoas de Gueroba	detalhar-tecnologia-36.htm
114	Caminhos da Favela (Caminos de la Villa - ARGENTINA)	detalhar-tecnologia-741.htm
115	Censo Maré - cartografia, demografia e atividades econômicas	detalhar-tecnologia-356.htm
116	Cisternas nas Escolas	cisternas-nas-escolas.htm
117	Conexões de Saberes - Diálogos entre a Universidade e as Comunidades Populares	conexoes-de-saberes-dialogos-entre-a-universidade-e-as-comunidades-populares.htm
118	Construção de Habitação em Assentamentos	construcao-de-habitacao-em-assentamentos.htm
119	Córrego da Serra	corrego-da-serra.htm
120	Cozinha Social e Restaurantes Populares	detalhar-tecnologia-38.htm
121	Cultivo e Beneficiamento Sustentável de Algas Marinhas	cultivo-e-beneficiamento-sustentavel-de-algas-marinhas.htm
122	Dessalinizadores Solar	dessalinizadores-solar.htm

Id	Nome	Url
123	Ecos do Bem: Educação Ambiental no Território do Bem	ecos-do-bem-educacao-ambiental-no-territorio-do-bem.htm
124	Encauchados de Vegetais da Amazônia	encauchados-de-vegetais-da-amazonia.htm
125	Etnomapeamento em Terras Indígenas do Acre para a Gestão Territorial e Ambiental	detalhar-tecnologia-40.htm
126	Farinha de babaçu: uma alternativa de geração de renda para quebradeiras de coco	detalhar-tecnologia-41.htm
127	Farmácia da Terra	farmacia-da-terra.htm
128	Fast Food da Política - Educação Política Acessível e Lúdica	detalhar-tecnologia-696.htm
129	Fazendo Minha História: Biblioteca Infantojuvenil	fazendo-minha-historia-biblioteca-infantojuvenil.htm
130	Gestão comunitária de resíduos orgânicos e agricultura urbana	detalhar-tecnologia-45.htm
131	Hb: tecnologia social de combate à anemia ferropriva	detalhar-tecnologia-46.htm
132	Horta Comunitária - Inclusão Social e Produtiva	horta-comunitaria-inclusao-social-e-produtiva.htm
133	Integrando Gerações: Informática na Terceira Idade	integrando-geracoes-informatica-na-terceira-idade.htm
134	Jogo Oasis - Ferramenta de mobilização cidadã	detalhar-tecnologia-47.htm
135	Lago de Múltiplo Uso	lago-de-multiplo-uso.htm
136	Librário: Libras na escola e na vida	detalhar-tecnologia-283.htm
137	Licuri: Geração de renda e sustentabilidade ambiental	detalhar-tecnologia-44.htm
138	Manejo Comunitário de Camarão de Água Doce	manejo-comunitario-de-camarao-de-agua-doce.htm
139	Matemática para Deficientes Visuais através do Multiplano	detalhar-tecnologia-31.htm
140	Mulheres da Amazônia	mulheres-da-amazonia.htm
141	Óleo Vegetal Usado como Biocombustível	oleo-vegetal-usado-como-biocombustivel.htm
142	Pescando com Redes 3G	detalhar-tecnologia-32.htm
143	Pirambu Digital	detalhar-tecnologia-381.htm
144	Poste de Luz Solar - Litro de Luz Brasil	poste-de-luz-solar-litro-de-luz-brasil.htm
145	Programa Imagens do Povo	detalhar-tecnologia-51.htm
146	Programa Jovem Empreendedor Rural	detalhar-tecnologia-52.htm
147	Projeto Pescar	projeto-pescar.htm
148	Rádio pela Educação	radio-pela-educacao.htm
149	Reciclo	reciclo.htm
150	Rede Bodega de Comercialização Solidária	detalhar-tecnologia-720.htm
151	Rede de Agroecologia Povos da Mata	detalhar-tecnologia-730.htm
152	Rede de Mulheres para Comercialização Solidária	rede-de-mulheres-para-comercializacao-solidaria.htm
153	Sistema de Acesso à Água Pluvial para Consumo das Comunidades Extrativistas	detalhar-tecnologia-307.htm
154	Sistema Eletrônico para Chamada Pública e aquisição da agricultura familiar	detalhar-tecnologia-57.htm
155	Sisteminha integrado alternativo para produção de alimentos	detalhar-tecnologia-59.htm
156	Tatame Especial para Pessoas com Deficiências Múltiplas	tatame-especial-para-pessoas-com-deficiencias-multiplas.htm

Id	Nome	Url
157	TECNOLOGIA SOCIAL DE EDUCAÇÃO MUSICAL MODULAR	tecnologia-social-de-educacao-musical-modular.htm
158	Telinha de Cinema – Educação, Arte e Tecnologia	telinha-de-cinema-educacao-arte-e-tecnologia.htm
159	Uma Sinfonia Diferente	detalhar-tecnologia-737.htm
160	Uso da Silagem de Colostro como substituto do leite na alimentação de animais	uso-da-silagem-de-colostro-como-substituto-do-leite-na-alimentacao-de-animais.htm
161	Visão de Liberdade: Materiais Didáticos em Braile e Livros Falados	visao-de-liberdade-materiais-didaticos-em-braile-e-livros-falados.htm
162	Vovô Sabe Tudo	vovo-sabe-tudo.htm

Fonte: Elaboração própria

ANEXO 2

Listagem das características levantadas das TSs abordadas

Legenda: “Id” é o campo de controle usado como guia para a consulta do nome e endereço da TS no Anexo 1;

“Prêmio” refere-se ao tipo de prêmio (Finalista ou Vencedora) e “Ano BTS” o ano que ela foi certificada no BTS;

“Tema” é o tema principal e “Tema 2” é o tema secundário do BTS, já os “ODS” são os ODS citados pela TS listados por numeração;

“UF” é uma unidade federativa da qual a TS possui alguma aplicação (podem ser mais de um) e “Aplicações” refere-se à quantidade de aplicações (independentemente do UF);

“Abrangência” refere-se à classificação dada para a TS e “Tipo” refere-se ao tipo de instituição responsável pela TS no BTS.

Id	Prêmio	Ano na BTS	Tema	Tema 2	ODS	UF	Aplicações	Abrangência	Tipo
1	Finalista	2009	Educação	Saúde	3; 4	MG	4	Estadual	Universidade Pública
2	Finalista	2015	Educação	Meio Ambiente	4; 10; 13	SP	31	Municipal	ONG
3	Finalista	2015	Recursos Hídricos	Meio Ambiente		SP	3	Municipal	Governamental
4	Finalista	2017	Educação		4; 17	SP	1	Local	Universidade Pública
5	Finalista	2005	Educação	Saúde	2; 3; 4; 5; 16	MG	1	Local	ONG
6	Finalista	2011	Alimentação	Meio Ambiente	2; 3; 13; 15	SP	1	Municipal	ONG
7	Finalista	2003	Alimentação	Renda		MA	5	Estadual	ONG
8	Finalista	2011	Recursos Hídricos		6	AL	10	Estadual	ONG
9	Finalista	2013	Alimentação	Renda		SC	1	Local	ONG
10	Finalista	2017	Renda	Meio Ambiente	8; 13	SP	1	Local	ONG
11	Finalista	2001	Renda	Meio Ambiente	8; 13	MG	1	Local	ONG
12	Finalista	2013	Educação		4; 10	RJ	1	Municipal	ONG
13	Finalista	2003	Meio Ambiente	Renda	8; 13; 15	AL	8	Nacional	ONG
14	Finalista	2017	Renda		8; 9	SP	1	Local	ONG
15	Finalista	2007	Saúde		3; 16			Nacional	Universidade Pública

Id	Prêmio	Ano na BTS	Tema	Tema 2	ODS	UF	Aplicações	Abrangência	Tipo
16	Finalista	2009	Habitação		11				ONG
17	Finalista	2007	Saúde		3	AM	9	Regional	ONG
18	Finalista	2007	Saúde	Educação	3; 4; 8; 16	MG	1	Local	ONG
19	Finalista	2017	Meio Ambiente		13; 17	RJ	1	Local	ONG
20	Finalista	2001	Recursos Hídricos	Meio Ambiente	6; 13	PB	1	Municipal	ONG
21	Finalista	2015	Renda	Meio Ambiente	8; 13	BA	99	Nacional	ONG
22	Finalista	2009	Educação		4; 10	MG	1	Municipal	ONG
23	Finalista	2013	Meio Ambiente	Renda	8; 13	PA	13	Estadual	ONG
24	Finalista	2009	Renda	Meio Ambiente	8; 13	MT	1	Local	ONG
25	Finalista	2015	Educação	Renda		BA	4	Regional	ONG
26	Finalista	2007	Renda		8	PE	1	Municipal	ONG
27	Finalista	2009	Renda	Alimentação		AM	1	Local	Universidade Pública
28	Finalista	2017	Alimentação	Renda	1; 2; 3; 8; 10; 12	DF	14	Regional	ONG
29	Finalista	2017	Meio Ambiente	Educação	4; 13	CE	1	Municipal	ONG
30	Finalista	2005	Educação		4; 13				
31	Finalista	2013	Alimentação		2; 13	MG	1	Municipal	ONG
32	Finalista	2013	Educação		3; 4; 10	BA	42	Estadual	Governamental
33	Finalista	2017	Educação		4	SP	1	Local	ONG
34	Finalista	2003	Educação		3; 4; 10	BA	3	Municipal	ONG
35	Finalista	2017	Alimentação	Educação	2; 3; 4	DF (internacional)	1	Internacional	Governamental
36	Finalista	2003	Educação		4	PR	3	Regional	ONG
37	Finalista	2015	Renda	Meio Ambiente		RJ	6	Estadual	Universidade Pública
38	Finalista	2005	Habitação	Renda	8; 11	MG	1	Local	ONG
39	Finalista	2005	Saúde	Renda	3; 8	PR	1	Municipal	Universidade Pública
40	Finalista	2009	Renda	Saúde	3; 8	PA		Municipal	Governamental
41	Finalista	2011	Saúde	Educação	3; 4	MS	27	Estadual	ONG
42	Finalista	2015	Educação		4	MS	8	Local	ONG
43	Finalista	2011	Educação		4	BA	1	Local	ONG
44	Finalista	2001	Educação		4	SP	2	Estadual	ONG
45	Finalista	2011	Recursos Hídricos		6	MG	1	Local	Governamental

Id	Prêmio	Ano na BTS	Tema	Tema 2	ODS	UF	Aplicações	Abrangência	Tipo
46	Finalista	2013	Renda			BA	10	Estadual	ONG
47	Finalista	2015	Renda	Meio Ambiente	1; 8; 9; 10; 12; 13	BA	5	Regional	Universidade Pública
48	Finalista	2015	Meio Ambiente	Renda	8; 13; 14	AM	11	Municipal	ONG
49	Finalista	2017	Saúde	Educação	3; 4	SP	4	Municipal	ONG
50	Finalista	2017	Meio Ambiente	Alimentação	2; 3; 13; 15	DF	1	Local	ONG
51	Finalista	2005	Meio Ambiente	Recursos Hídricos	6; 13	SC	1	Municipal	ONG
52	Finalista	2015	Educação		4; 10; 17	SC	5	Municipal	Universidade Pública
53	Finalista	2011	Renda	Educação	4; 8; 17	AL	66	Nacional	ONG
54	Finalista	2003	Educação		4; 10	SP	1	Local	ONG
55	Finalista	2013	Meio Ambiente	Renda	1; 8; 10; 13; 15	PA	5	Estadual	Governamental
56	Finalista	2003	Alimentação	Saúde	2; 3	MG	1	Local	ONG
57	Finalista	2015	Renda		8	AM	23	Nacional	ONG
58	Finalista	2005	Educação						ONG
59	Finalista	2005	Saúde		3	MS	1	Municipal	ONG
60	Finalista	2011	Renda		8; 9; 12	SP	1	Estadual	ONG
61	Finalista	2013	Educação		4; 13; 17	AP	3	Estadual	ONG
62	Finalista	2017	Educação	Renda	4; 8; 10; 12; 17	BA	11	Nacional	ONG
63	Finalista	2007	Educação		4; 10	MG	1	Municipal	ONG
64	Finalista	2011	Renda	Educação	4; 8	PR	8	Estadual	Governamental
65	Finalista	2011	Educação		4; 17	RJ	1	Municipal	Governamental
66	Finalista	2005	Saúde	Educação	3; 8	PA	1	Local	Universidade Pública
67	Finalista	2005	Educação		4	MG	4	Estadual	ONG
68	Finalista	2009	Recursos Hídricos			CE	1	Local	ONG
69	Finalista	2007	Educação		4; 10	CE	1	Local	ONG
70	Finalista	2013	Renda	Educação	1; 4; 8; 10; 13; 17	MS	1	Estadual	ONG
71	Finalista	2003	Alimentação	Renda		GO	3	Estadual	Governamental
72	Finalista	2015	Meio Ambiente	Renda	8; 12; 13	SP	1	Local	ONG
73	Finalista	2015	Educação		4; 8; 17	SP	100	Estadual	ONG
74	Finalista	2017	Alimentação	Educação	2; 3; 4		1	Internacional	ONG
75	Finalista	2007	Meio Ambiente		13; 15	MG	1	Municipal	Governamental

Id	Prêmio	Ano na BTS	Tema	Tema 2	ODS	UF	Aplicações	Abrangência	Tipo
76	Finalista	2001	Renda	Educação					ONG
77	Finalista	2007	Recursos Hídricos	Meio Ambiente	6; 13	PR	8	Estadual	ONG
78	Finalista	2017	Recursos Hídricos	Alimentação	2; 3; 6	BA	1	Local	ONG
79	Finalista	2013	Meio Ambiente	Renda	1; 8; 10; 12; 13	MG	1	Municipal	Governamental
80	Finalista	2011	Renda		8	PE	4	Municipal	ONG
81	Finalista	2005	Alimentação	Renda	2; 3; 8; 12			Nacional	Governamental
82	Finalista	2013	Educação		4; 17	RO	5	Municipal	Governamental
83	Finalista	2005	Educação		4	PA	1	Municipal	ONG
84	Finalista	2011	Renda	Meio Ambiente	8; 12; 13	CE	1	Local	ONG
85	Finalista	2013	Renda	Educação	4; 8; 12	PR	13	Regional	ONG
86	Finalista	2011	Renda	Alimentação	1; 2; 3; 4; 8; 10	BA	55	Estadual	ONG
87	Finalista	2009	Renda			RS	1	Local	ONG
88	Finalista	2013	Renda		8	PR	4	Regional	ONG
89	Finalista	2011	Renda		8	PA	5	Estadual	ONG
90	Finalista	2007	Meio Ambiente	Renda	8; 13	PA	5	Estadual	ONG
91	Finalista	2009	Meio Ambiente			CE	2	Municipal	ONG
92	Finalista	2013	Recursos Hídricos	Meio Ambiente	2; 6; 13	BA	1	Local	ONG
93	Finalista	2005	Recursos Hídricos		6	MT	4	Regional	Universidade Pública
94	Finalista	2013	Renda	Alimentação	2; 3; 8	MT	1	Local	Universidade Pública
95	Finalista	2011	Meio Ambiente	Renda	8; 13	AL	1	Local	ONG
96	Finalista	2011	Recursos Hídricos	Meio Ambiente	6; 13; 15	GO	1	Local	Governamental
97	Finalista	2011	Meio Ambiente		13	AM	1	Local	ONG
98	Finalista	2013	Educação	Saúde	3; 4; 5; 10; 16; 17	AL	100	Nacional	ONG
99	Finalista	2017	Saúde	Educação			1	Local	ONG
100	Finalista	2011	Educação		4	RS	63	Estadual	ONG
101	Finalista	2009	Saúde	Educação	3; 4	PR	1	Municipal	ONG
102	Finalista	2005	Educação		4; 10	CE	1	Local	ONG
103	Finalista	2011	Educação	Renda	4; 8	BA	14	Nacional	
104	Finalista	2003	Saúde		3; 10	SP	1	Local	ONG
105	Vencedora	2009	Educação		4; 10; 13; 17	DF	17	Estadual	ONG

Id	Prêmio	Ano na BTS	Tema	Tema 2	ODS	UF	Aplicações	Abrangência	Tipo
106	Vencedora	2007	Renda	Meio Ambiente	8; 13	GO	13	Regional	ONG
107	Vencedora	2013	Meio Ambiente	Renda	8; 13	PR	15	Estadual	ONG
108	Vencedora	2015	Recursos Hídricos	Saúde	3; 6	RS	1	Local	Governamental
109	Vencedora	2015	Recursos Hídricos	Energia	2; 6; 7	RN	1	Local	ONG
110	Vencedora	2011	Renda	Meio Ambiente	8; 9; 12; 13	PA	3	Local	ONG
111	Vencedora	2011	Alimentação	Meio Ambiente	2; 3; 9; 13; 15	PB	16	Estadual	ONG
112	Vencedora	2009	Recursos Hídricos	Alimentação	2; 3; 6; 15	RN	1	Local	ONG
113	Vencedora	2013	Meio Ambiente	Renda	1; 8; 9; 10; 13	GO	1	Local	ONG
114	Vencedora	2017	Habitação		11	DF (internacional)	1	Internacional	ONG
115	Vencedora	2015	Educação		4	RJ	2	Municipal	ONG
116	Vencedora	2011	Alimentação	Recursos Hídricos	2; 3; 4; 6	BA	13	Estadual	Governamental
117	Vencedora	2005	Educação			RJ	1	Nacional	ONG
118	Vencedora	2011	Habitação		11	MS	13	Estadual	ONG
119	Vencedora	2007	Recursos Hídricos	Educação	4; 6; 13	GO	1	Local	ONG
120	Vencedora	2013	Alimentação			PR	1	Local	Governamental
121	Vencedora	2009	Meio Ambiente	Renda		CE	1	Local	ONG
122	Vencedora	2017	Recursos Hídricos	Meio Ambiente	6; 13	PB	3	Local	ONG
123	Vencedora	2011	Meio Ambiente	Educação	4; 13; 15	ES	6	Municipal	ONG
124	Vencedora	2007	Renda	Meio Ambiente	4; 8; 12; 13	AC	10	Regional	ONG
125	Vencedora	2013	Meio Ambiente	Educação	4; 13	AC	13	Estadual	ONG
126	Vencedora	2013	Renda	Meio Ambiente	8; 13	TO	1	Local	ONG
127	Vencedora	2003	Saúde	Alimentação	2; 3	AP	11	Regional	Universidade Pública
128	Vencedora	2017	Educação		4; 17	DF	15	Estadual	ONG
129	Vencedora	2011	Educação	Saúde	3; 4	CE	4	Nacional	ONG
130	Vencedora	2013	Meio Ambiente	Alimentação	2; 3; 13	SC	1	Local	Universidade Pública
131	Vencedora	2013	Saúde	Alimentação		SE	1	Municipal	ONG
132	Vencedora	2011	Saúde	Renda	3; 8	PR	11	Municipal	Governamental
133	Vencedora	2005	Educação		4; 10	MS	1	Local	ONG
134	Vencedora	2013	Educação	Renda	4; 8	AL	19	Nacional	ONG
135	Vencedora	2005	Recursos Hídricos	Alimentação	2; 3; 6	DF	8	Nacional	Governamental

Id	Prêmio	Ano na BTS	Tema	Tema 2	ODS	UF	Aplicações	Abrangência	Tipo
136	Vencedora	2015	Educação	Renda	2; 8	MG	1	Local	Universidade Pública
137	Vencedora	2013	Renda	Meio Ambiente	8; 13	BA	1	Local	ONG
138	Vencedora	2005	Renda	Meio Ambiente	8; 13	PA	1	Local	ONG
139	Vencedora	2003	Educação		4	CE	1	Municipal	ONG
140	Vencedora	2011	Meio Ambiente	Renda	8; 12; 13	MT	1	Local	ONG
141	Vencedora	2007	Energia	Meio Ambiente	7; 13	RS	3	Regional	ONG
142	Vencedora	2013	Renda	Educação	4; 8; 10; 12; 14	BA	1	Municipal	ONG
143	Vencedora	2015	Educação	Renda	4; 8	CE	1	Local	ONG
144	Vencedora	2017	Energia	Meio Ambiente	7; 13	AM	6	Nacional	ONG
145	Vencedora	2013	Educação	Renda	4; 8; 10; 17	RJ	1	Local	ONG
146	Vencedora	2013	Renda	Educação	4; 8	CE	4	Estadual	ONG
147	Vencedora	2001	Educação	Renda					ONG
148	Vencedora	2009	Educação			PA	4	Estadual	ONG
149	Vencedora	2003	Meio Ambiente	Educação	4; 12; 13	SP	1	Municipal	ONG
150	Vencedora	2017	Renda	Alimentação	2; 3; 8; 12	CE	5	Estadual	ONG
151	Vencedora	2017	Alimentação	Meio Ambiente	2; 3; 13	BA	3	Local	ONG
152	Vencedora	2009	Renda	Alimentação	1; 2; 3; 8; 10	PE	9	Estadual	ONG
153	Vencedora	2015	Saúde	Meio Ambiente	3; 9; 13	AM	1	Local	ONG
154	Vencedora	2013	Alimentação	Educação	2; 3; 4	PR	1	Local	Governamental
155	Vencedora	2013	Alimentação	Recursos Hídricos	2; 3; 6	MA	4	Regional	Governamental
156	Vencedora	2005	Saúde		3	PR	1	Local	ONG
157	Vencedora	2013	Educação	Renda	4; 8	DF	1	Local	ONG
158	Vencedora	2009	Educação						ONG
159	Vencedora	2017	Saúde	Educação	3; 4; 10	CE	4	Regional	ONG
160	Vencedora	2007	Alimentação		2; 3; 15			Estadual	ONG
161	Vencedora	2011	Educação		4; 10	PR	1	Municipal	ONG
162	Vencedora	2009	Educação		4	SP	1	Municipal	Governamental

Fonte: Elaboração própria.

